



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

*Handwritten signature in blue ink*

### Ata da Assembleia Municipal ordinária de vinte e seis de junho de dois mil e vinte

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse: o membro Martinho Loureiro, por 350 dias, em virtude do membro Marisa Fernandes ter solicitado suspensão e o membro Alfredo de Jesus Cabral, por um dia, em virtude do membro Paulo Albernaz ter solicitado a sua substituição.

Iniciados os trabalhos pelo senhor presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa quatro credenciais, da senhora presidente da junta de freguesia de Dardavaz, do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, do senhor presidente da junta de freguesia Ferreirós do Dão e do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por António Manuel Santos, Firmino dos Santos, Gilberto Alexandre Jesus de Oliveira e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças faltaram os membros: António Augusto Ferreira, Agnelo Laranjeira, que justificaram as faltas, tendo as mesmas sido consideradas relevadas.

#### **1-Período de antes da Ordem do Dia**

##### **1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 11 de fevereiro**

O membro Rui Santos fazendo umas pequenas três correções materiais à ata que foram aceites e efetuadas no imediato. De seguida, a ata de 11 de fevereiro foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada pelos presentes na assembleia de fevereiro.

##### **1.2. Leitura de expediente**



Cláudia  
Q  
Jri

Foi presente livro de Maria José Leal Castanheira Neves “Os Eleitos Locais”; boletim da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Resposta do gabinete da Ministra da Saúde, no âmbito da Moção aprovada pela Assembleia Municipal sobre a ampliação da urgência do Centro Hospitalar Tondela – Viseu; síntese jurídica enviada pela Associação Nacional de Assembleias Municipais; informação sobre o 2º congresso da Associação Nacional de Assembleias Municípios, que se realizará em Braga, no dia 12 de setembro; emails enviados pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” com questões colocadas ao Governo sobre: funcionamento de espaço para a triagem de doentes à Covid-19, em pavilhão da Escola Secundária de Tondela e medidas e apoios para o movimento associativo popular. Foi, igualmente, presente ofício da CPCJ a comunicar cessação de mandato da senhora Professora Manuela Aresta e eleição de novo presidente, Sérgio de Sousa Rodrigues. Certificação legal das contas do exercício de 2019, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Relatórios de atividades e financeiro, enviados pela Câmara Municipal de Tondela. E, jornais: “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

O membro Sérgio Rodrigues reconheceu o excelente trabalho desenvolvido pela Drª Manuela Aresta que terminou o mandato, enquanto presidente da CPCJ de Tondela, expressando uma nota de louvor pelo trabalho desenvolvido em prol das crianças e famílias em risco ou perigo, de Tondela e desejando o seu melhor envolvimento, agora, enquanto secretária daquela estrutura,

### **1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia**

Não houve intervenções.

### **2-Período da Ordem do Dia:**

#### **2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro**

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que interveio:

“Bom dia a todos,

Senhor Presidente da mesa da Assembleia;



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

Amel  
SQ  
Dm

Caros secretários, funcionários de apoio, senhores membros da assembleia, público; comunicação social.

A todos quero saudar e desejar um bom dia, naturalmente em situações particulares, especiais e diferentes, mas são aquelas que estamos a viver e que iremos viver certamente durante mais alguns uns meses.

Vou procurar ser o mais sintético possível nesta intervenção, balizando-a no tempo, não espero gastar muito, mas sem, contudo, deixar de referir aquilo que me parece ser relevante e importante, não só para a agenda do desenvolvimento do concelho, mas também para problemas e algumas questões que me parecem não poderem ser contornadas.

Foi-vos remetido o relatório de atividades, que tem, num primeiro ponto, uma incidência muito específica sobre tudo o que foi e que é a operação COVID. Aliás teremos algumas imagens no PowerPoint, para explicar algumas das medidas que estão em vigor e que se irão manter. Não vou desenvolver-las nesta fase, mas não queria deixar de referir um pormenor que me parece importante, meramente uma constatação, em matérias de COVID nunca se pode dizer que um concelho está bem. Hoje pode estar, amanhã não sabemos como estará. É bom termos esta noção. Mas também não se pode escamotear ou ignorar, que o concelho de Tondela, tendo a dimensão industrial que tem, tendo um sector empresarial, em muitos casos, com empresas multinacionais, com uma troca permanente e logística de bens de serviços e produtos, com uma interação muito forte entre os quadros destas empresas. Tendo presente que há quatro lares privados na Vila do Caramulo. Tendo presente, a rede alargada de respostas sociais. Tendo tudo isto presente, à data de hoje a população do concelho de Tondela, teve a confirmação de estar positiva corresponde a 0.00046%. tivemos 12, e ultimamente mais um, ainda que não residente, 13 casos no concelho de Tondela. Isto é um mérito das pessoas, não é um mérito exclusivo das instituições. Mas, não deixo de sentir esta referência como positiva, para aquilo que foi o esforço que todos estamos a fazer, envolvendo naturalmente as instituições, os organismos públicos, a administração local, todos aqueles que se envolveram e estão ainda mobilizados neste processo. Por esta razão, eu não queria estar a pormenorizar muito mais do que este aspeto.



Sessão ordinária 26-06-2020

A segunda nota que julgo que também é importante, como é sabido, criámos medidas de apoio às microempresas de comércio e serviços, provavelmente singular, pelo menos na região o é. Criámos um instrumento, que previa e prevê que 90 dias após o estado de emergência, todos aqueles que tenham espaços arrendados, ou que tenham contraído operações de empréstimo para financiar os seus espaços ligados à atividade comercial ou serviços de microempresas, é-lhes facultada a possibilidade de terem apoio a duas das rendas, ou a duas das prestações bancárias, até ao limite de 200.00€ em cada mês, com base no montante global que teriam sobre o seu contrato de arrendamento. Neste momento estão instruídos 134 pedidos, estimo que este número ainda vá crescer, e já estão prontos para ser apoiadas, neste momento 84 processos. Aliás, no início da próxima semana serão feitas as transferências para essas instituições. Também importa aqui dizer, que no quadro dos termos legais, o que é previsto na lei, é que, medidas que tenham a ver com isenções ou reduções de taxas ou tarifas, são competência do órgão Câmara, e por essa razão as reduções dos tarifários de saneamento e de resíduos sólidos urbanos, são competência da câmara, mas as medidas extraordinárias de apoio, como seja o apoio á renda, como seja o apoio á agua, essas medidas são de proposta do presidente , e comunicadas ao órgão respetivo Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal. Por essa razão este relatório de atividades refere essa circunstância.

Queria fazer aqui uma incidência, ainda neste período da COVID, referir aquilo a que todos têm conhecimento e que se passou com a urgência do nosso Hospital. Como é sabido, no período crítico de preparação e mitigação das condições que foram reajustadas, estive em cima da mesa, não foi mero exercício académico, estive em cima da mesa e comunicado aos profissionais de uma sexta feira, em que às 20.00h desse dia seriam encerradas temporariamente, e esse temporariamente representará por o que possamos entender, porque ninguém sabe quando terminará esse período crítico, estariam encerradas as urgências. Quero aqui de forma muito especial reconhecer o empenho que alguns responsáveis ministeriais, com proximidade ao nosso território, ligados á coesão territorial, a própria Ministra da Saúde, a Presidente da ARS do Centro, desencadearam, face às diligências múltiplas que foram feitas naqueles dois dias, para que a situação fosse revertida 1h30m antes do anúncio do encerramento. Todos perceberão, e tive o cuidado de o dizer, que não foi o tempo para discutir outras questões, que não fosse a defesa da



*Claudia  
Dm*

reabertura ou o impedimento do encerramento do fecho da urgência. Mas não foi esse o tempo, mas é hoje o tempo de nos perguntarmos todos, qual é o modelo que desejamos no quadro do Centro Hospitalar para esta unidade de Urgência básica. Quais são as valências adicionais que queremos ou não, ver espelhadas neste serviço. E esta questão levou a que no quadro da CIM, também a própria CIM tenha solicitado, por minha também solicitação, Há a marcação de uma reunião, que ocorreu na passada terça feira com o concelho de Administração do Centro Hospitalar, para se abordarem um conjunto de questões, algumas na linha desta comunicação que o Sr. Secretário de mesa da assembleia referiu.

Relativamente a ampliação da Urgência, está neste momento a decorrer um concurso publico, como é por todos sabido, pelo facto, de dois anos depois de a obra ter sido adjudicada, não ter sido feita a consignação. Esta é a razão de base. E, não houve consignação, porque o Estado Português, á época, não assegurou o cofinanciamento nacional que era preciso para a obra. A obra naquele momento custava pouco mais de 5 milhões de euros, isto correspondia a um investimento do Estado Português de cerca de cinquenta mil euros por mês. São estes valores que estamos a discutir. Como é sabido, não tendo sido feita a consignação naquele período, dois anos depois, a empresa que tinha ganho a obra disse que não estava disponível para fazer a obra por aqueles valores, mesmo com revisões de preços. Com o novo concurso lançado, a obra dispara mais quase dois milhões de euros, face à base anterior. Os factos são estes. A expectativa é que talvez para o final do ano esteja em condições de se iniciarem os trabalhos, porque como sabemos está em período de concurso, com abertura de propostas, visto do tribunal de contas, consignação. Os dados são estes.

Relativamente ao Centro Oncológico: primeiro dado, caiu o centro oncológico. O que neste momento, está em cima da mesa é de manter uma unidade de Radioterapia. Para aqueles que como eu não são da área da saúde, convém perceber qual a diferença entre um centro oncológico e uma unidade de Radioterapia. Um centro oncológico envolve um conjunto múltiplo de serviços, como: quimioterapia, área laboratorial, radioterapia, fisioterapia e áreas complementares. Uma unidade de radioterapia é uma parte de um centro oncológico, mas não é um centro oncológico. Qual é o ponto de situação sobre a



Cláudia  
Dns

unidade de radioterapia? Como bem diz a comunicação em 2017, com o então Secretário de Estado, Manuel Delgado, foi assinada e lançada a obra de um Centro Oncológico. O Programa Funcional nunca chegou a ser desenvolvido até aos últimos passos, e no meio disso tudo, nunca houve nenhum avanço sobre essa situação. À data de hoje, e só para precisar e ficarmos todos com esta informação, aquilo que no passado se estimava custar cerca de 7 Milhões a 7,5 Milhões de euros, que era um Centro Oncológico com duas rampas de acelerador linear. O problema que se colocava já em 2017 e que hoje se coloca, é que a radioterapia implica que tenha uma programação nuclear, que tenha técnicos que façam esta programação nuclear, e era por isso que era importante no passado, como hoje é que haja uma filiação a uma outra unidade, em princípio o IPO de Coimbra, para que a programação dos tratamentos, ainda que feita num determinado sítio, possa ser feita por outro programador. Porque neste momento a unidade de Viseu não tem programadores na área da Medicina Nuclear, e é isto que está em causa. Para sermos todos muito claros, o que eu estou a dizer é a conclusão da reunião da passada terça-feira, neste momento não há nenhum projeto, há um anteprojecto, um estudo prévio de um edifício, é o que temos. Não há nenhuma linha de financiamento garantida para centro não oncológico, mas unidade de radioterapia e isto não deixa de ser preocupante. O que é que vai acontecer? A COVID vai resolver alguns problemas, a unidade onde hoje é feita a área da quimioterapia tem de sair de dentro do edifício do hospital. As áreas das imunoterapias e quimioterapias tem de sair de dentro do edifício principal. Razão pela qual, foi criada agora uma linha excepcional financiada pelos tais fundos comunitários para apoio à pandemia, será edificado no exterior uma construção supostamente robusta, mas provisória no sentido de aí instalar um edifício um espaço onde futuramente será a Unidade de Radioterapia, a parte de Quimioterapia. Os valores estimados para isto são imediatos, porque isto tem financiamento agora comunitário, mas a unidade de Radioterapia poderá custar cerca 9 Milhões de Euros. Não financiamento neste momento garantido, nem há projeto de execução garantido. São os dados e, portanto, só queria dar esta nota, sem muita perda de tempo, mas parece importante. Convém também dizer, que neste momento na unidade de Tondela do Centro Hospitalar, não está a acontecer a intervenção de ambulatório. Sabemos que o forte desta unidade é o ambulatório. Face também a algumas diligências feitas, em princípio segundo o conselho de administração,



Clubs  
R  
Dmf

a partir do próximo dia 6 irão retomar a atividade de ambulatório nesta unidade, coisa que hoje ainda não estava a acontecer.

Sobre demais questões não me vou alongar muito mais, rapidamente elucidar-nos sobre alguma coisa, a não ser fazer uma referência sobre: uma que tem a ver com as intervenções múltiplas que estão a decorrer e que se vão iniciar noutros sítios como faixas de gestão de combustível e com intervenções em bermas de estradas. Eu acho que um dia destes vamos trazer aqui um quadro para se perceber ano a ano, pelo menos em 2019 e já em 2020, as centenas de milhares de euros que se estão a gastar nisto e é dos tais investimentos que apesar de necessários, passados dois meses, três meses há sempre muita gente muito atenta que diz “vergonha isto não foi limpo”, à intervenções feitas há menos de seis meses, com as circunstâncias excecionais de humidade que tivemos este ano e de crescimento espontâneo como estamos a ter, faz querer que aquela via não foi limpa. Neste momento EM Couço /Ferreirós do Dão tinha sido limpa, concluída esta limpeza já em setembro do ano passado, está neste momento novamente a ser intervencionada. EM Ferreirós /Lajeosa, Estrada entre o Penedo e a E.R.337, Estrada Lobão da Beira a Povia Rodrigo Alves, ex. N2 toda, Estrada de Muna a Carvalhal da Mulher, estrada entre de Lobão da Beira a Lajeosa do Dão, Estrada 627, Estrada Fraguas a Sabugosa, e irá iniciar-se também a intervenção E.R. 230 - Campo de Besteiros a Caramulo. Estas intervenções somadas representam várias centenas de milhares de euros.

Queria só uma última nota, para falar sobre o IP3. Todos têm presente que em 2019, há um ano atrás, foi lançada a adjudicação da intervenção dos 14km entre Penacova e a Foz do Dão. O Primeiro Ministro, no Porto da Raiva, fez essa consignação, estes trabalhos eram para estar concluídos em setembro, se quisermos dezembro do ano passado. Todos passamos no IP3 e verificamos que de facto, passou já janeiro, fevereiro, e a obra irá em princípio ser concluída em setembro deste ano. Estamos a falar de uma obra de 11 milhões de euros. E, algumas áreas já não vai ficar dentro desta empreitada, porque a complexidade fará com que daí saiam. Falo em concreto, em Livraria do Mondego, a escarpa que está na ponte do Mondego. Esse troço de cerca de 800 metros, vai ser retirado desta empreitada e vai ser lançado um novo concurso de cerca de dois milhões para intervir ali. Questão nuclear principal, em que fase está o estudo do projeto



Cláudia  
FR  
23

do IP3? Esta pergunta julgo que é importante, não a podemos esquecer. Como é sabido o estudo pressupõe e as condições do acordo feito pressupõem que entre Souselas e Penacova haja duplicação com separadores centrais em perfil de autoestrada e a seguir à Foz do Dão, ou seja Lagoa Azul até ao limite do concelho de Tondela, Viseu tem 1.5km ou 2km de IP3, também aí ocorra a mesma intervenção, duplicação em perfil de autoestrada. Todos sabem que nesse calendário, apresentado em 2019, era condição que passados quatro anos, toda a intervenção estivesse concluída. Estávamos no início de 2019, hoje estamos a entrar no 2º semestre de 2020, e à data de hoje qual é o ponto de situação? Existe já uma caracterização de toda a área de intervenção, desde infraestruturas pontes, passagens desniveladas, essa intervenção está feita. Existe projeto? Não. Existe uma caracterização de infraestruturas. Existe anteprojecto? Também ainda não. O calendário mais otimista diz que até ao final deste 2º semestre tenhamos em princípio o anteprojecto, exceto a situação de Santa Comba que já explico. E, a seguir tem de ocorrer a avaliação de impacto ambiental para todo o troço. A avaliação de impacto ambiental demorará, na melhor das hipóteses, seis a oito meses. Depois tem de serem acolhidas as sugestões e recomendações no projeto, só depois disso é que passa para o projeto final de execução e conseqüentemente lançamento da obra em concurso. Obra que será executada por troços. Dito isto, a melhor das expectativas apontará, para que daqui a um ano, tenhamos o estudo de avaliação do impacto ambiental feito. E mais meio ano, pelo menos para concluir o projeto. Obra a lançar, na melhor das hipóteses em 2022. Eu acho que estes pormenores são importantes para todos percebermos. No meio disto há o caso Santa Comba Dão, descida do Rojão Grande. Esta descida, como é sabido onde já houve no passado alguns acidentes, até de viaturas pesadas de passageiros, tem três opções: 1º, em cima do atual corredor do IP3 ser duplicado, tem condicionante da linha férrea da Beira Alta, tem a condicionante do acesso à Ovoa, tem a condicionante da ponte sobre o próprio rio, portanto tem estas condicionantes todas. Uma das alternativas, será, precisamente antes do Nó do Rojão, será entrar no IC12 como quem fosse virado a Carregal, 1.5km, passa Vimieiro e um pouco à frente passa outra vez em cima do Rio Dão, sensivelmente onde esta a ponte da Ecopista, a 4km da estação de Santa Comba Dão, e começa a contornar para vir-se encaixar no Nó de Vila Pouca/Treixedo. Terceira solução, é a alternativa a poente que sai um bocadinho antes do Rojão, vira por Ovoa, Couto de



Am  
R  
Am

Mosteiro e volta novamente a entrar no Nó junto a Treixedo/ Vila Pouca. Para termos uma noção de valores, se a opção for duplicar em cima do corredor atual, que são sensivelmente 7 km entre Rojão e Vila Pouca, se a solução for trabalhar em cima do troço atual, estima-se que o custo da obra sejam 160 a 170 milhões de euros, todo o IP. Se a solução for variante nascente, 220 milhões de euros, ou seja, do lado do Vimieiro. Se a solução for do lado Couto Mosteiro será 240 milhões de euros.

Estas três variáveis vão para estudo de impacto ambiental, está se mesmo a ver que isto é decidido de um dia para o outro. O que é que estamos a trabalhar e a negociar? Em princípio, e é essa a expectativa técnica, a proposta técnica será no sentido de o primeiro troço a ser intervencionado ser o do concelho de Tondela, se assim não for é porque do ponto de vista político alguém quer contrariar a opção técnica. Porquê esta opção? Porque é aquela que do ponto de vista do impacto ambiental não tem grandes alterações. O IP3 no concelho de Tondela é duplicado em cima do corredor existente, portanto o impacto ambiental já existe. Isso obrigar-nos-á nos próximos tempos a ter muito trabalho em articulação com os serviços que estão a dar assessoria no quadro da CIM, no quadro desta operação, porque no concelho de Tondela, em particular na zona entre Carvalhal, corte para o Botulho até ao Nó central para Tondela, haverá algumas preocupações com impactos ambientais e com infraestruturas existentes. A nova plataforma do IP3, autoestrada, em alguns casos, duplicará a largura da plataforma existente, há zonas que tem faixa de um sentido em cada lado. No futuro, 3.5 m de cada faixa, mais 2m para o separador central, mais 3m para a margem lateral, e depois duplica para o outro lado. Acrescento ainda mais, em grande parte deste caminho paralelo ao IP3, nomeadamente no concelho de Tondela, estão instaladas as condutas adutoras em carga, em alta das Águas do Planalto, que o mesmo que dizer, dos Municípios das Águas do Planalto. Esta infraestrutura tem de ser repostas, os caminhos paralelos têm de ser repostos, há zonas onde não há espaço para alargamento em talude e vão ter de ser construídos muros de suporte para aproveitar a plataforma existente. Portanto, isto tudo para dizer que neste momento no que diz respeito ao troço desde Vila Pouca até Fail, está em avaliação. Em Fail já está assumido que terá de ser uma nova ponte, porque o raio de curvatura que a atual ponte tem é demasiado crítico. Nas demais circunstâncias, nos casos do município de Tondela os nós serão todos reformulados, deixará de haver viragens á esquerda nas



**Assembleia Municipal de Tondela**

**Sessão ordinária 26-06-2020**

saídas dos nós, passarão a existir soluções de rotunda para opção direcional, e portanto isso implicará muitas expropriações, implicará muitas negociações, e não tenho duvida que estes próximos , dois, três , quatro meses, e até quase ao final deste ano serão meses em que quase todas as semanas vai haver reuniões entre o município, ou o presidente do município, ou técnicos que estão a dar apoio e naturalmente também os técnicos da empresa ou empresas que estão envolvidas nesta operação.”

Procedeu, depois, à exposição em imagens das atividades da câmara, anexo 1 e 2, decorridas entre fevereiro até junho.

Continuaram os trabalhos e o membro Jorge Henriques interveio, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,

Começo a presente intervenção dirigindo-me particularmente a si para lhe citar uma frase de Martin Luther King, e textualmente refere que “a verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e de desafio.”

Vª Exª, Senhor Presidente da Câmara viveu já neste mandato, situações inimagináveis e que indiscutivelmente o puseram à prova na sua capacidade de iniciativa e de trabalho. A primeira delas, consequência dos incêndios de 2017, superou-a com a clara distinção e reconhecimento, quando em tempo quase recorde o concelho viu o processo de reconstrução das primeiras habitações concluídas. E agora, em tempos de pandemia e num concelho fortemente marcado pelo trânsito de pessoas e mercadorias



(fruto da forte componente industrial), mas também pelo grande número de unidades residenciais de idosos, assistimos a pronta reação do executivo camarário, liderado por si.

Não irei na presente intervenção repetir exaustivamente as medidas implementadas e já aqui explanadas por V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>. Destaco, pela sua particular dimensão económico-social e pelo impacto que terão, quer junto das famílias, as medidas tomadas de apoio na tarifa da água e redução da tarifa do saneamento e resíduos sólidos, quer junto das microempresas de comércio e serviços, com o apoio ao pagamento da renda ou empréstimos e apoio também na tarifa da água e ainda de redução da tarifa de saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Ainda assim e perante estes condicionalismos, as calamidades dos incêndios de 2017 e para já controlados os efeitos da pandemia no nosso concelho, sendo certo e como refere “ser ainda cedo para cantar vitória”, é com particular regozijo que assistimos ao emergir de obras como a ampliação e requalificação da ZIM da Adiça, Centro Tecnológico e Empreendedorismo, Etar da ZIM do Lagedo, etc, etc, etc.

Haverá sempre quem esteja contra ou quem veja o “copo sempre meio vazio”, ou ainda como refere no seu relatório os “mal formados”, peritos em criar o alarde e a confusão, particularmente através das redes sociais.

Tenho há muito como valor, que a intervenção cívica não se confunde com arruaça ou ofensa gratuita. Intervenção cívica, admite a crítica, mas é aquela que aponta também caminhos e perspetiva soluções. Intervenção cívica, ou plataformas cívicas, são protagonizadas por pessoas com provas dadas na sociedade civil nos mais variados campos, seja no associativismo, na política, ou até no exercício da nossa atividade profissional.

Termino, dizendo-lhe como comecei, que apesar destes tempos de controvérsia e desafio, a sua resposta e do executivo camarário é enorme, e continue, pois vai no bom caminho na construção de um território, desenvolvido, coeso e solidário, isto é, na construção de uma região de bem-estar. E quanto às pedras que alguns teimam em querer lançar no seu caminho, faça como Fernando Pessoa, guarde todas, quem sabe se um dia...”

Seguidamente, o membro Rui Santos tomou da palavra:



“Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Membros da mesa;

Senhor Presidente da Câmara;

senhores membros da Assembleia;

Minhas senhoras e meus Senhores;

Comunicação social.

Eu procurarei ser o mais breve possível, não só desta vez, como nas vezes seguintes se voltar a intervir. Mas queria desde já, começar por referir o facto de estarmos hoje a fazer uma assembleia que é estranha com condicionantes muito específicas. E queria em relação à intervenção do senhor presidente da Câmara, começar por dizer que obviamente que me congratulo, por a Câmara Municipal ter tomado uma série de medidas de apoio à COVID. Que as coisas estejam a correr neste momento bem. Facto que pode acontecer que a qualquer momento, as coisas mudem, esperemos que isso não aconteça, para bem de todos nós. Não só aqui, como em outros lugares em que as coisas tenham corrido bastante bem. Dizer que obviamente, sendo importante as medidas de apoio que foram tomadas, há, felizmente no país, Municípios que tomaram medidas, umas pontualmente diferentes, mas este conjunto de medidas, isso é bom, porque representa um sentimento generalizado no país de solidariedade e de procurar acorrer às situações. Um conjunto de Municípios tomaram medidas do mesmo tipo, algumas com mais ou menos dimensão. Uns com algumas mais inovadoras, que outros a seguir obviamente adotaram-nas, porque as boas ideias não somos só nós que as temos. Toda a gente tem boas ideias e quando se conjugam, isso é importante.

Queria dizer que, em relação à urgência do Hospital Cândido Figueiredo, que de facto o senhor presidente da Câmara fez aquilo que devia ter feito, quando o problema foi posto. Cumpriu aquilo que era a sua missão, como responsável concelhio. Outras pessoas, no âmbito das suas possibilidades mais modestas, com outras questões, com menos possibilidades de intervenção, fizeram com certeza o possível para que a situação que parecia que não era a melhor, mesmo que houvesse algumas questões técnicas que



Caril  
SR  
DS

pudessem dar por um lado alguma justificação, fizeram o mesmo no sentido de se conseguir que de facto a urgência não encerrasse porque não era a solução obviamente mais razoável face ao contexto. De qualquer modo, fico satisfeito porque obviamente como seria de esperar, o Presidente da Câmara Municipal de Tondela interveio, no sentido de procurar que a situação fosse resolvida.

Foi aqui referida a questão do Centro Oncológico ou não Centro Oncológico. É obvio que, no final, o que está a reconhecer com a solução de improvisado é que se justifica que hajam um quadro diferente, porque, quando se for fazer radioterapia que espero que seja no meu tempo de vida ainda, pois gostaria de ver, há condicionantes que são muito importantes em relação a quem está a fazer esses tratamentos, e misturar toda a gente isso não é razoável. De facto, a situação é complicada. E quanto à urgência só queria dizer, porque isso também se põe em relação a outras obras. Estava previsto que a apresentação de propostas nesta fase final acontecesse até 16 de junho. Porque a 1.ª fase de concurso foi um concurso de pré-qualificação dos candidatos, e depois estranhamente, isso não nos pode admirar perante determinado atraso em determinados concursos de obras, estranhamente do conjunto de empresas que inicialmente se candidataram à pré-qualificação, houve enormes problemas para cumprir os requisitos. Até uma empresa de créditos extremamente firmada na nossa região, talvez até por descuido não cumpriu uma condição dos pré-requisitos que era a experiência profissional do Eng.º responsável pelo projeto. É bom que se saiba, que há esse tipo de problemas, aliás, já uma vez aqui referi que gostava muito que nós não tivéssemos concursos desertos, como aliás também já aconteceu e foi referido aqui pelo presidente da câmara. E essa é uma das razões só para citar um caso.

Na questão do IP3, obviamente gostaríamos todos e eu também gostaria que o processo estivesse mais ou menos estabilizado. As obras aqui referidas pelo senhor presidente da câmara, junto a ponte na Livraria do Mondego, eram obras que não faziam parte da empreitada inicial e foram adjudicadas a uma empresa que trespassou a adjudicação duas vezes e por fim abandonou-as. Portanto, terá que ser novamente aberto o concurso. A empresa que está atualmente a fazer a obra, tal como outras empresas como é o caso da empreitada do Lagedo, tem dificuldades de várias ordens, acrescidas



Caub  
SQ  
13

ultimamente com a situação provocada pela COVID. Portanto, essa empresa não quis aceitar mais essas obras, porque já ia atrasada nas que tinha adjudicado, que faria se aceitasse mais trabalhos. Bom, esperemos é que as outras avancem, porque os projetos e estudos, não são teoricamente tão afetados em termos de desenvolvimento, como as obras que estão aí.

Centrando-me essencialmente sobre nas questões de município, eu queria fazer aqui duas ou três perguntas ao senhor presidente da câmara, algumas simples informações. Em relação a uma questão falada aqui na última assembleia, congratulando-me com o facto de a Estação de Tratamento de Caparrosa ter começado a funcionar, eu queria, no entanto, perguntar aqui sobre uma situação. Eu recebi de um número de telemóvel, que eu não consegui identificar até hoje, ainda antes dessa outra assembleia, um vídeo pelo WhatsApp que mostrava e que dizia que um tubo da freguesia de Caparrosa estava a descarregar para o rio Dinha, onde se via que corria um líquido avermelhado. Bom, eu, como não consegui identificar quem me enviou o vídeo, fiquei à espera. Entretanto, foi ligada a Estação de Tratamento de Caparrosa. Aqui há cerca de 15 dias, recebi uma mensagem do mesmo número de telemóvel, continuo a não conseguir identificar, e também não vou andar obviamente a perguntar, dizendo que estava outra vez a vazar para o rio o esgoto de Caparrosa. Perguntei ao presidente da junta que me disse que lhe tinham dito e que tinha ido ver e que tinha falado com a engenheira, que lá foi verificar e que lhe transmitiu que tinha havido um disparo da ligação elétrica, por isso é que estava a acontecer tal situação. Bom, esta é a questão de Caparrosa, mas em relação a Caparrosa, está previsto que seja feito o acesso à estação de tratamento de Caparrosa dos esgotos do Fial. O emissário acabou por não entrar no concurso, já falamos sobre isso, mas vi num dos contratos interadministrativos hoje aqui presentes, a atribuição de uma dotação para que a junta de freguesia de São Miguel e Sabugosa possa fazer o esgotamento das fossas do Fial. Portanto, perante isto gostaria de saber em primeiro lugar, como é que está a questão do emissário dos esgotos do Fial para Caparrosinha. Queria dizer, já agora e, porque falei na questão que tem a ver com toda a estação de tratamento, que este ano continuo a não ver peixes no Rio Dinha; a água está lá, não é muita, mas existe, lá em cima, pelo menos da ponte do Ribeiro para cima não há peixes, cá para baixo



Cláudio  
R  
Bis

ainda não andei a ver. O que me levanta dúvidas se essa coisa não tem a ver com essa situação.

Segunda questão, haveria mais, mas não faz sentido nos tempos de hoje estarmos a prolongar. Porque também se prende com a mesma zona, queria saber qual o ponto de situação do projeto do alargamento da estrada Fráguas/ Sabugosa. Haveria mais algumas questões que gostaria aqui de referir, mas acho que todos devemos fazer um esforço de contenção e centrarmo-nos nas questões essenciais. Em relação aos outros pontos procuraremos fazer exatamente o mesmo. O senhor presidente da câmara como já anunciou que conhece as posições que iremos ter em relação à Conta de Gerência, mas a Conta de Gerência e uma questão pré COVID, e, portanto, nós, evitaremos gastar muito tempo para que a assembleia termine o mais cedo possível para bem de todos nós. Obrigado.”

O membro Jorge Batista interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa;

Membros da mesa;

Senhor presidente da Câmara;

Meus Senhores e minhas senhoras.

Ontem realizou-se a Assembleia de Freguesia em Lobão da Beira e por sugestão dos seus membros, coloco uma questão ao senhor presidente da câmara, que é a pessoa indicada para poder responder. Sobre a estrada que liga Lobão da Beira a Canas de Santa Maria, Rua do Tojal, numa das últimas assembleias, o senhor presidente tinha informado, que a rua ainda não tinha as marcações no pavimento, compreensivelmente porque era inverno e não fazia muito sentido fazê-lo nessa altura. Também por informação do senhor presidente da Junta de freguesia parece que ainda falta alguma intervenção ao nível das bermas. Ora, para quando estão previstas a sua realização da conclusão dessas obras? Muito obrigado.”

O membro Abílio dos Santos tomou da palavra:



“Senhor presidente da mesa;

Senhor presidente da câmara;

Caros deputados.

Eu venho apenas referir-me aqui a um problema que faço votos para que de facto, as coisas este ano corram bastante melhor, refiro-me aos incêndios. Vivendo ainda em pleno período do COVID e, não sabendo se efetivamente neste momento já estamos numa segunda fase ou se ela está apenas confinada a determinadas regiões, vejo com alguma apreensão o período que se aproxima agora, chamado período dos incêndios. E tudo porque eu reconheço o trabalho que está a ser feito ao nível da gestão de combustíveis das estradas e dos caminhos. Mas, o que é certo, é que fora dos caminhos vive-se uma situação altamente dramática. Milhares e milhares de eucaliptos, acácias e mato estão espalhadas por todo o concelho de Tondela, diria até por quase todo o interior do país. Sendo que os eucaliptos que aparecem são de geração espontânea, portanto não foi requerida autorização para os plantar. A pergunta que faço é a seguinte, quem é o responsável neste momento por esses eucaliptos? Quem é que pode cortá-los neste momento? O proprietário refere que não os plantou e que é geração espontânea. Provavelmente o município também não tem poderes para isso. Eu pergunto, quem é que pode em situações como estas ordenar ou fazer qualquer coisa para que se evite esta situação dramática. Independentemente do facto do bom trabalho que se tem feito ao nível das estradas e caminhos que estão a ficar absolutamente exemplares. Quando falo dos eucaliptos, reparo numa coisa que é interessante, tem havido algum cuidado de limpeza do mato à volta dos eucaliptos, o que é certo é que eles continuam lá. Gostaria, portanto, de saber quem é o responsável, se houver qualquer problema quem é que pode obrigar a cortar os eucaliptos e o resto.”

O membro Arménio Marques interveio:

“Senhor Presidente, apenas um reparo e um alerta. Todo o Carvalhal e a Ermida está com dificuldade de acesso a máquinas. Era necessário que a Câmara Municipal visse com urgência uma entrada de uma rua naquela zona, há muita dificuldade porque não há um espaço livre. Mas há um lugar, que eu ontem tive o cuidado de ir ver depois de uma



Cláudia  
S.A.  
Bris

queixa e de uma ajuda que tive de ir prestar a um transportador. Antes da casa do falecido Armindo sapateiro, todos conhecem e que ardeu, antes de chegar a essa casa, há uma cortada á esquerda que dá para as matas. Essa mata, esse terreno a seguir a esse caminho está abandonado, isto é, acho que as pessoas têm dificuldade de limpeza, os proprietários morreram, eu não me recordo agora bem de quem era aquele pinhal. Mas aí a câmara poderia fazer uma abertura 40 ou 50 metros para dentro, alargando aquela rua, aquele caminho, dando a possibilidade de as zorras que transportam as máquinas, ou um trailer poder voltar para trás, porque não volta, não há em lado nenhum um lugar para voltarem. Ontem aquela zorra virou num terreno particular já a descer para a Ermida, no cruzamento que vai para a igreja.

Verifiquei que houve uma alteração de postura de sinalética no Carvalhal dando sentido único à rua da escola, e sentido único á outra a seguir. Na da escola, puseram o sinal, mas deviam ter tirado o de pesados. Porquê? porque também um trailer para descarregar ali, já na estrada de baixo da Ermida, também tem de andar às voltas para descarregar a mercadoria. Ora se é sentido único, pode-se tirar o sinal de trânsito proibido a pesados, porque passa muito bem um pesado.

O outro caso, é aqui na cidade e muito próximo de nós. A pandemia deu-me tempo para eu andar aqui a ver certas e determinadas coisas, qual é o meu espanto que o centro da cidade, senhor presidente, o estacionamento tem de ser limitado de tempo. Porquê? Porque há pessoas que deixam os carros, principalmente no verão, junto às sombras, em frente dos bancos, só os tirando à noite. Esta situação deveria ser vista. “

Seguidamente, interveio o membro Vera Machado:

“Senhor presidente da mesa;

Restante mesa;

Senhores deputados;

Senhores vereadores;

Comunicação social.



Queria só aqui deixar uma nota sobre um dos assuntos que foi abordado no relatório de atividades da Câmara Municipal e dizer que o Partido Social Democrata partilha da preocupação do executivo municipal sobre o futuro da unidade do Centro Hospitalar Tondela/ Viseu, instalado na nossa Cidade. O episódio sobre a pretensão de encerrar a urgência do Hospital de Tondela, é um sinal do que poderá ser o futuro desta unidade. Agradecemos por isso, e em particular ao senhor presidente da câmara todas as diligências efetuadas para que tal não se realizasse. Entendemos que o país e em particular a área da saúde atravessa um período de excecionalidade perante a pandemia que nos assolou, mas entendemos também que no exercício de funções há um conjunto de projetos e estratégias que tem de ser ponderadas, delineadas e definidas. Refiro-me à unidade de radioterapia e não centro de oncologia como era espectável e que o senhor presidente também já explicou na intervenção, mas há também mais preocupações que nos assolam entre elas a falta de assistentes operacionais para abrir as extensões de saúde de Molelos, Caramulo e Lajeosa do Dão. Unidades tão importantes nos cuidados primários às populações, e cuja proximidade é tao relevante, numa época em que um vírus tão gravoso paralisou a vida das nossas comunidades. Solicitamos por isso à tutela que solucione este grave problema da contratação de pessoal, bem como que de uma vez por todas clarifique o modelo de gestão que quer para as urgências localizadas em Tondela e para todo o centro hospitalar e reflita sobre o futuro das consultas externas e da especialização no ambulatório.”

O senhor presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara que respondeu às diversas intervenções efetuadas pelos membros da assembleia:

“Primeira nota, o Jorge Henriques trouxe uma reflexão, julgo que importante nos tempos que correm, que todos saibamos que o exercício de funções públicas, é sempre um exercício efémero, rápido e sempre sujeito à crítica. Sempre foi e sempre será. A questão não é haver crítica, essa é positiva, desde que seja bem-intencionada. É o usar-se esse instrumento como uma estratégia política pessoal, de destruição de pessoas, isso é que eu acho que é a parte mais negativa que um dia levarei destas funções, mas é o que é. Mas em boa verdade, há uma questão que também é importante, e que o Jorge Henriques citou, e essa citação fez-me lembrar uma expressão muito simples, de facto a



simplicidade e a humildade são sempre características de quem está para servir e felizmente que nunca irei perder essas características porque estarei sempre para servir.

Queria referir-me aqui sobre questões que foram colocadas, ao deputado Rui Santos, e de uma forma muito objetiva, dizer-lhes que também me congratulo com a sua congratulação pelo desempenho do presidente de câmara no processo. Acho que por vezes faz falta à política esse reconhecimento. Fez-se aquilo que era a função de presidente de câmara e que foi bem-sucedido. Claro que hoje é fácil fazer a história, mas aqueles três dias, foram dias difíceis para se manter aquilo que tínhamos a perceção que se regressasse dificilmente voltava ao patamar onde estava.

Em relação ao IP3, neste momento está em fase de projeto, por isso é que é preocupante, já há um desvio de 6 meses.

Questão à ETAR Caparrosa e Fial, irão à próxima reunião de câmara um conjunto de documentos sobre essa situação. Clarificando, faz parte da empreitada a ligação do Fial a Caparrosinha. O que aconteceu, há cerca de dois anos, foi que o traçado que inicialmente estava previsto veio por sugestão técnica a ser alterado em fase de projeto. Volvidos estes períodos todos, de facto, estes quatro meses atrasaram esta operação, mas já estava praticamente desenhada. A Câmara tinha aprovado a suspensão desse troço e autorizado que fosse desenvolvido um estudo alternativo com a respetiva implicação financeira. Ora, essa operação está fechada e a Câmara está em condições de aprovar na próxima semana a aprovação do projeto alternativo, para que se possa materializar o contrato adicional e a reprogramação que já foi analisada pelo POSEUR. Tenho reunido algumas vezes com o POSEUR sobre este assunto, e portanto, estaremos em condições de adjudicar este troço que ainda não tinha tido consignação e, com isto, estou convicto que fecharemos o assunto. O que neste momento está a ocorrer em parceria com a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, é o Município ter, no âmbito deste protocolo, articulado com a Junta uma operação quase diária em que uma viatura trator e cisterna, esgotam o reservatório existente no Fial, e transbordam este produto para a ETAR de São Miguel do Outeiro, como medida provisória para mitigar, enquanto não está em funcionamento a ligação. Estimamos que, após a consignação, porque está adjudicado, não está é consignado, a execução deste troço, entre 5 a 6 meses estejamos



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

Carla  
R  
Jo

em condições de o ter ligado. Este troço virá em grande parte por um caminho florestal e depois vem desembocar na estrada de Caparrosinha ou Fial. Terá duas estações elevatórias, uma à cabeça outra para passar a ponte, que eu nunca sei se chama Ribeira das Lanças ou Rio Dinha. Para mim ali é Ribeira das Lanças, e será depois bombeada para a zona do cemitério de Caparrosinha e a partir daí já terá ligação graviticamente preparada.

Sobre a questão do alargamento, Fráguas /Sabugosa. Não existia projeto, mas este já está concluído. Os senhores presidentes de Junta de São Miguel do Outeiro e Sabugosa e de Vilar de Besteiros e de Mosteiro de Fraguas, estão neste momento a ultimar as negociações, para que a plataforma seja alargada, não é só colocar um asfalto novo. A plataforma vai passar a uma faixa de 6 metros, em alguns sítios atualmente não sei se terá cinco e, portanto, quer isto dizer que, durante a próxima semana, irá para concurso público. O custo desta empreitada ronda os 240 mil euros para este troço e, a mesma empreitada, vai incluir um conjunto de pavimentações que a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa já tinha negociado e agendado com a Câmara Municipal, talvez há cerca de meio ano. Por essa razão, entendemos que para ganhar escala, vamos agregar tudo na mesma empreitada e lançar um concurso público. Este concurso público rondará os 350 mil euros, mais IVA. Para a requalificação de Fráguas / Sabugosa, com alteração da plataforma, correção de curvas, várias pavimentações em Sabugosa e São Miguel do Outeiro.

Questões relacionadas com recursos hídricos, neste momento os senhores presidentes de junta e o presidente de câmara têm todos a informação de que áreas de lazer como: São João do Monte, Mosteiro de Fráguas, Nandufe, Várzea do Homem, Sangemil, Ferreirós, e depois da autoridade de Saúde fazer análises, relevaram que “a águas é próprias para banhos”. Sobre os demais dados não conheço, só conheço estes. Portanto, não estou com isto a dizer, que não existam aqui ou além problemas pontuais. O que estou a dizer é, que de uma forma geral, a qualidade das massas de água foram objeto de análise para efeitos de banho em zonas de lazer onde em todas, a informação que recebi e os senhores presidentes de Junta receberam nas suas áreas de influencia, é



de água própria para banhos. O que quer dizer que isso pressupõe que haja qualidade naquilo que são os recursos hídricos, naquelas bacias que estão sujeitas a banhos.

Jorge Batista a estrada Lobão/ Canas de Santa Maria. Temos trabalhado sobre este assunto, a estrada foi executada no âmbito do fundo de solidariedade da União Europeia. Há um troço que não está pavimentado, que é um troço onde começam as casas, até ao limite do corte para a Lajeosa ou Lobão. Portanto, a pintura deste troço de estrada, faz parte desta empreitada, mas não faz muito sentido pintar esta estrada, quando está para se preparar a pavimentação que vem a seguir. Essa pavimentação está incluída num outro concurso público que está para sair nos próximos dias, que envolve trabalhos na freguesia de Tonda, nomeadamente a estrada do Covelo – Póvoa do Rodrigo Alves, envolve trabalhos em Lobão da Beira, não só nesse troço mas em outros troços que já tínhamos acordado com o senhor presidente da junta e envolve ainda duas ou três situações em Canas de Santa Maria, nomeadamente no Casalinho e na ligação de Santa Ovaia de Cima ao cruzamento para a Póvoa, nomeadamente nas ditas raízes que estavam já para ser resolvidas há algum tempo. É uma empreitada em concurso público. Neste momento estão a ser preparadas, para serem lançadas nos próximos dias, várias empreitadas, que tem vindo a ser trabalhadas. É necessário que percebamos que estamos a agrupar trabalhos para ganhar escala, porque hoje o grande problema é que dificilmente um empreiteiro vem fazer uns trabalhos de 30mil, 40mil ou 50 mil euros, se o vier fazer os custos operacionais de deslocação são elevados. Neste tipo de trabalho, os custos operacionais de deslocação de equipamento para pavimentar 20 m<sup>2</sup>, é preciso uma niveladora, uma espalhadora, um cilindro, uma máquina de transporte, mais uma azorra, depois ainda um camião para trazer a massa asfáltica. Quando contabilizarmos o custo do m<sup>2</sup> com a deslocação destes meios todos, é impossível haver espaço concorrencial. Portanto nós temos de agregar trabalhos. É isso que estamos a fazer, neste momento estão várias empreitadas para ser lançadas, está outra em Santiago de Besteiros para fazer a ligação desde o limite da freguesia com Campo de Besteiros, no Redonho até á zona de Lourosa, está também essa fase já em preparação. E, portanto, há vários trabalhos que estão a ser ultimados para desencadear várias empreitadas.



Senhor Abílio, questões de incêndios, eucaliptos e de quem é o problema do ordenamento florestal, basicamente esta é a questão. Lembrar-se-ão talvez alguns que em 2017 após os incêndios, o atual presidente da camara e já na altura o era, disse uma coisa, que para mim já era sentida, “eu acho que nós vamos resolver grande parte dos problemas e há um que eu acho que, infelizmente tínhamos uma grande oportunidade para o resolver, e que vai ficar conforme está. Chama-se ordenamento florestal”. Disse-o, escrevi-o em várias intervenções e comunicados que fiz, e posições públicas, porque em boa verdade aquilo que hoje se constata é que nós não temos uma estratégia nacional de ordenamento florestal. Eu já desenvolvi o meu pensamento sobre isto, só e possível haver ordenamento florestal se eu tiver contratos de gestão florestal. Se eu chegar à “senhora Maria” que tem 100m<sup>2</sup> de pinhal, e ao Ti Joaquim que tem 2000m<sup>2</sup>, e disser, meus amigos, vocês não vão perder a vossa propriedade, vamos fazer aqui um contrato de gestão, os senhores durante dez anos vão entregar isto a uma entidade gestora, eu ainda há pouco tempo vos trouxe aqui os exemplos de Galiza, numa das deslocações feitas pela CIM, foi isto que se constatou. Vão entregar a gestão deste espaço florestal e, se para isto for necessário abrir um estradão, um caminho corta fogo e cair em cima do terreno da Ti Maria, ela não fica sem rendimento, porque os outros estão a beneficiar da proteção que ela está a fazer e quando viessem a cortar o seu produto da floresta, uma determinada fatia, uma percentagem era para compensar aquela área que esteve improdutivo. Quem diz improdutivo diz, se eu entendesse que era preciso desencadear aqui uma frente de árvores resilientes, de carvalhos, outras que fossem, que servissem de tampão aquela povoação, aquela área, como eu sei que a produção de carvalho não é no mesmo ritmo que a de eucalipto, quando cortassem os eucaliptos, haveria de se descontar uma pequena percentagem para compensar a falta de produtividade que o terreno dos carvalhos ia ter. A equação na minha cabeça, é uma equação simples de fazer, é preciso é coragem política para o fazer. É preciso cadastro que é outro problema e que não existe, eu não consigo perceber como é que hoje com sistemas de informações geográficas e tantas ferramentas tecnológicas não se assume claramente que é possível e que é desejável haver uma operação de cadastro. E eu acho que o país aqui fracassou. Ao contrário do que agora está a acontecer na pandemia, que é um problema global e por isso a Europa lançou mão de um pacote financeiro musculado. Nos incêndios de 2017, a Europa ou o país não teve



Claudia  
R  
D

esse pacote musculado, para por exemplo dizer, a primeira prioridade, é o cadastro. É que sem isto não é possível.

Agora indo á pergunta em concreto, de quem é a responsabilidade de quê? À camara municipal assiste a responsabilidade pela execução de faixas de gestão de combustível, nas ditas freguesias prioritárias, porque é impossível fazê-lo em 360km2 ao mesmo tempo, e está a fazer-se um grande esforço a esse nível. Mas passados esses 10 mt, e há tantos e tantos exemplos, o que a gente diz, passados esses dez metros dá-nos uma segurança momentânea, mas se o aqui ao lado tiver um amontoado de 20 eucaliptos por m2, claro que alguns vão sucumbir e não vão crescer, mas a massa que provoca quando lhe chega uma frente de calor, transforma-se rapidamente numa propagação brutal. Portanto, aqueles dez metros podem ser absolutamente insuficientes se eu não tiver uma gestão de floresta. Quer dizer, às vezes até lá pode estar eucaliptos, mas se o mato estivesse limpo por baixo, se eu tivesse os afastamentos que estão previstos, eu mesmo que tivesse uma situação de fogo, o fogo não ganhava escala porque manter-se-ia a uma escala de 10/20 cm do chão, isso não ganhava a expressão que tem.

O problema principal é a câmara não poder intervir no privado desta natureza, porque depois daqueles dez metros a responsabilidade já não é do município é dele, privado. Isso é um problema que eu não deixo aqui de o dizer. Aliás já o disse no passado, lembrar-se-ão em 2018/2019, trouxe aqui uma vez até duas fotografias numa Assembleia Municipal para dizer, cuidado com o que está a acontecer, isto vai ser um problema crítico. Ao contrário, permitam-me também que o diga de uma forma muito simples, do que aconteceu em 2013 em São João do Monte e Mosteirinho, porque com esse incêndio também não houve grande ordenamento florestal, mas houve uma outra coisa, a exploração florestal, ou seja, o crescimento espontâneo lá não existiu. Porquê? Porque como as árvores de nove em nove anos são cortadas o crescimento dos eucaliptos espontâneos só surgiu quando árvores de grande porte de eucaliptos têm semente, e com as projecções difundiram a sementeira. Quando o corte é feito sem semente, como é o caso, nós não tivemos esse problema. Nós temos aqui situações onde havia um eucalipto, não havia mais nada, e à volta havia pinheiros. o que acontece hoje, aquele eucalipto num raio de 100, 150, 200mt disseminou tudo por todo o lado, e a gente vai ver e estão a nascer



pequenos pinheiros que não conseguem sobreviver, porque aqueles pinheiros já estão a ser sugados pelos eucaliptos. É um problema que eu acho crucial, que tínhamos tido uma oportunidade em 2018, se houvesse um plano a sério de ordenamento florestal, se houvesse as coroas de proteção aos aglomerados. Nós temos aí zonas que ainda estão mais desertificadas do que estavam. E a existir um incêndio, não é controlável. É, talvez, já o tenho dito, a maior frustração enquanto políticas públicas que senti no pós incêndios. No resto recuperamos empresas, recuperamos habitações, recuperamos infraestruturas, acho que isso ninguém o pode ignorar. No que diz respeito às políticas de ordenamento florestal, não sinto que o país tenha resolvido estruturalmente o problema principal.

Senhor Arménio, tomei nota das questões, nomeadamente esta no Carvalhal parece-me ser crítica, porque há ali uma mancha florestal com impacto e relevância, é uma questão de abordarmos e ponderarmos.

E, Vera, registo as preocupações que também partilhamos relativamente às extensões de saúde. Como sabem, hoje no concelho de Tondela ainda não estão abertas as extensões de saúde, não é por falta de médicos, nem é por falta de enfermeiros, que são os mesmos que estavam, é por falta de assistentes operacionais. E é por isso que também já esta semana, ocorreu uma reunião com os responsáveis do ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde), como sabem a Dr. Grade, teve também uma das vítimas de COVID, e, portanto, talvez por essa razão, mas por todas as razões eu não consigo perceber como é que não há uma medida excecional de recrutamento de assistentes operacionais. Porque recrutar médicos é mais difícil, recrutar enfermeiros é mais difícil, sem desprimor para as funções dos assistentes operacionais, mas eu estou convicto de que há muito mais gente disponível para serem assistentes operacionais, porque a qualificação não é a mesma de médico. Portanto porque é que uma extensão de saúde, não abre? Esta preocupação já foi mantida, ficou aliás acordado ingressar-se uma comunicação superior, porque o próprio ACES diz bem eu tenho a tutela administrativa, mas não tenho tutela financeira; se não tem tutela financeira temos de ir á procura de solução para este problema. E é um problema no acesso à saúde das nossas populações. Obrigado.”



Alc  
SR  
Fz

O senhor presidente da assembleia informou que todos os pontos seguintes deveriam ser aprovados em minuta, tendo a proposta sido aceite pela assembleia.

## **2.2 Análise, discussão e votação da ratificação da integração do saldo de execução orçamental**

O senhor presidente da câmara interveio:

“não me vou estender muito, na medida em que está toda a documentação á vossa frente. Esta possibilidade de integração do saldo de execução orçamental, é uma prerrogativa que resultou das medidas tomadas, nomeadamente no quadro da pandemia e dos instrumentos que foram criados, portanto essa é a razão. Os instrumentos que tinham de acontecer para isto, todos eles, foram os mapas de fluxo de caixa, o controlo orçamental da receita, da despesa, as PPI’S, as GOP, receberam tudo, uma declaração que constou no processo que o município não tinha recorrido ao abrigo do nº 6 do artigo 40 da Lei 63 que era poder ter feito já a integração de saldo daquelas obras que tivessem fundos comunitários consignados. Portanto tudo isso está explicado. Isto permitiu nesta função fazer esta integração do saldo de conta de gerência em função da execução orçamental, e isto permitiu também fazer a incorporação desse saldo. Como é sabido, normalmente esta integração acompanhava e era consequência da prestação de conta, no caso em concreto este saldo que transitou foi 8,696 milhões de euros, dos quais, sublinho, 1,220 milhões de euros são operações de tesouraria, como sabem as operações de tesouraria não são uma receita do município, normalmente as operações de tesouraria é o que resulta das garantias bancárias das empresas que, quando a obra tem a receção definitiva, passam de provisória a definitiva e se a obra estiver em condições, naturalmente pedem a devolução da garantia. Uma garantia representa em média 10% sobre o valor da obra. Também é verdade que a Lei já permite que no fim do primeiro, segundo e terceiro ano, comecem a ser pedidos os levantamentos parciais das garantias. A mesma só é total no fim dos cinco anos, da receção provisória. Portanto, em boa verdade o saldo que transitou e de 8,696 milhões de euros, dos quais 1,220 milhões de euros, são de operações de tesouraria que é como quem diz, então ficam 7,476 milhões de euros de recursos que foram alocados e já reprogramados na revisão, entretanto ocorrida por força desta integração. Se houver alguma questão técnica, pois muito bem cá estaremos para isso, mas politicamente o documento é este.”



Carvalho  
S  
Am

O membro Rui Santos interveio:

“Rapidamente, só para dizer que, neste como nos dois pontos seguintes, os eleitos à Assembleia do PS se absterão porque obviamente o que foi feito foi aquilo que resultou da aplicação da Lei 1-A e, portanto, competia ao Presidente da Câmara e à Câmara tomar a decisão nos casos em que isso se impunha. Só deixo aqui uma nota que nem é uma nota crítica, teria talvez sido, para mim era interessante, se na comunicação que a Lei obriga ao Sr. Presidente da Assembleia, isto não é nenhuma crítica ao Presidente, nem se lembrou a gente, na altura podia também ter telefonado, desta vez em relação a estas coisas podia-me ter lembrado. Ocorreu-me aliás por causa da assembleia intermunicipal quando foi da convocatória. Mas isso já era depois. Se calhar podia até ter sido interessante dar, transmitir a informação à assembleia, aos grupos, mas, a questão é legal e nós vamo-nos abster, nem vale a pena estar a discutir.”

Colocado à votação a integração do saldo de execução orçamental foi ratificada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Martinho Loureiro e Francisco Coutinho. Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.3 Análise, discussão e votação da ratificação da 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte**

O senhor presidente da Câmara explicitou:



“Algumas questões são de ajustamento, mas só esta revisão incluiu uma ação que antes não estava prevista no orçamento e que, por força desta revisão, a permitiu incluir. Nós tínhamos já uma rubrica, uma ação para apoio à calamidade de famílias, isso já existia, desde os incêndios de 2017, e existe esta rubrica. Nunca tínhamos previsto a necessidade de uma rubrica para apoio a microempresas, não tínhamos isso previsto. E, portanto, só foi possível desencadear os apoios que a partir da semana que vem serão já direcionados por transferência às microempresas, porque se abriu uma rubrica orçamental para este efeito. Esta é uma circunstância nova que aqui está. Portanto em boa verdade este ponto levou-nos à inclusão nessa revisão dessa rubrica que não existia. O demais que aqui está tem a ver com ajustamentos, por exemplo reforçamos os apoios às Associações Humanitárias. Na última reunião o Município além da atribuição dos apoios anuais às Associações Humanitárias de Bombeiros, que inclui o pagamento nos termos do contrato existente de 50% das Equipas de Intervenção Permanentes, integrou um reforço adicional para a época COVID, ou seja, a generalidade das corporações de Bombeiros no país, a resposta que tiveram por parte da tutela, foi antecipar duodécimos. Mas a antecipação de duodécimos não resolve o problema, ou melhor, resolve-o hoje, mas vai destapa-lo no final do ano. O que nós fizemos com as duas corporações foi o seguinte: como sabem as corporações de bombeiros têm recursos humanos do seu quadro, normalmente, os transportes feitos para consultas externas, para ambulatório, são feitos com transporte de doentes e com bombeiros do quadro de pessoal dos bombeiros, que, normalmente, quem está na gestão dos bombeiros tem esta noção, estes serviços pagam o custo dos seus profissionais e da manutenção das suas viaturas. Ora, se não houve no período de pandemia consultas externas, se não houve tratamentos oncológicos ou se eles baixaram, se as hemodiálises, e grande parte dos transportes para hemodialise baixaram, isto afetou drasticamente a receita. Em média, as corporações dos bombeiros perderam 75% da receita em transporte de ambulatório, mas do outro lado ficou a despesa com o pessoal. Claro que também não tem despesa no combustível, se não há viaturas também baixou essa despesa, faz menos manutenção. E o exercício que foi feito foi verificar qual é a diferença entre aquilo que as associações têm de pagar e o que deixaram de receber. Essa diferença ronda 20 mil euros nas corporações. É um apoio extraordinário que foi aqui incorporado, para além de outras.”



Cláudio  
R  
D

Colocado à votação da 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte, a mesma foi ratificada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Martinho Loureiro e Francisco Coutinho. Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **2.4 Análise, discussão e votação da ratificação da 8ª da Modificação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2020**

Não houve intervenções.

Colocado à votação a 8ª da Modificação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2020 foi ratificada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Martinho Loureiro e Francisco Coutinho. Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.



Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

## **2.5. Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2019**

O senhor presidente da câmara interveio:

“Sr. Presidente;

Distintos membros

Do ponto de vista da nota política, ela está claramente detalhada naquilo que é o relatório de gestão que acompanha este documento. Não deixando de ser verdade aquilo que já foi espelhado, está reconhecido no próprio relatório de gestão, que este relatório e esta prestação de contas evidencia uma relativa baixa taxa de execução, face aquilo que era nossa previsão. Não deixo aqui de o testemunhar com esta clareza e objetividade. Nisto, como já dissemos, também há três aspetos que considero fundamentais. Primeira questão, três obras que têm um valor significativo tiveram uma deslocação temporal e não se conseguiram iniciar em 2019, em grande parte por razões que têm a ver com a circunstância de termos estado até meados do ano de 2019 a concluir o processo das habitações permanentes. E, de nada vale andarem a dizer que não foi o Presidente da Câmara que andou a construir as casas, mas foi o senhor presidente da câmara, os senhores vereadores e os técnicos que tiveram de acompanhar as pessoas para resolver a resolução da construção das casas, se assim não fosse muitas famílias não teriam o seu processo bem-sucedido. Isto complicou muito aquilo que era espectável face ao lançamento de três ou quatro obras.

A Zona Industrial de Tondela são 3.2 milhões de euros. As águas do Caramulo que já podiam estar com outro ritmo e com outra taxa de execução, apesar de se terem iniciado em finais de 2019, não tiveram financeiramente muito impacto em 2019, são 2.3 milhões de euros. Já vamos em 5.5 milhões de euros. O Centro Tecnológico, 3 milhões de euros. A Frente Ribeirinha, a Escola Secundária, só estas obras representam praticamente 11 milhões de euros, e não há volta a dar, o impacto da execução tem a ver



Cláudia  
Q  
Jo

com estas cinco obras que aqui referi. Que há data de hoje, algumas estão em velocidade muito avançadas e outras, nos próximos dias teremos a abertura dos procedimentos da Frente Ribeirinha, da Escola e outras obras que neste momento estão em concurso a preparar-se. Mais, há data de hoje também, já posso dizer que finalmente, depois de três anos, a negociar com a AMA (Agência da Modernização Administrativa), está resolvido o problema de projeto de execução da Loja do Cidadão, que dependeu de entidades externas a sua aprovação, o que permitirá a sua colocação a concurso. Estamos a ultimar o projeto, ainda ontem á tarde estive em reunião com a equipa sobre esta matéria e da USF Tondela.

Isto para dizer que estas cinco obras, que referi anteriormente, tiveram impacto significativo na taxa de execução orçamental. Estou aqui com esta clareza a dizê-lo. Estaria preocupado, se com este deslizamento do arranque destas obras, o Município tivesse perdido Fundos Comunitários. Convém aqui dizer o seguinte, a obra Centro Tecnológico e a obra Frente Ribeirinha, são financiadas pelo PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), estas verbas só servem e só podem ser usadas nestas obras e não noutras. E não é pelo facto de se terem executado estas que haveria folga financeira para se irem buscar outros financiamentos, não é assim.

Zona Industrial de Tondela, são obras que estão negociadas, financiadas pela CCDR, não é pelo facto de começarem um mês ou dois meses depois que isso implica perda de receita ou ganho de outras receitas. Portanto, é bom termos a noção que, em momento algum o deslizamento de três ou quatro meses que estas obras possam ter tido, em momento algum isso contribuiu para diminuir recursos, mas também não ia aumentar recursos se fossem feitos.

Há uma coisa que sabemos, hoje estamos numa velocidade muito acelerada em relação a estas obras. Além destas, não quis hoje estar-vos a maçar, está para se iniciar no início de julho a empreitada da ETAR da zona industrial do Lagedo, que já esta adjudicada há mais de seis meses e a empresa face a duas reuniões que já ocorreu só a pode começar em julho, porque tem em carteira várias outras ETAR, a pandemia também atrasou noutros sítios, e por essa razão nós já queríamos começar em abril. Não conseguimos, a empresa só vai conseguir começar a obra agora em julho. Esperamos nós



que cumpra esse calendário. Iremos lançar um conjunto de investimentos que estavam planeados e previstos.

A primeira nota, o relativo grau de execução que está associado a estas cinco obras, e são cinco obras que representam onze milhões de euros, bastam dois ou três meses de deslizamento no tempo para que tenha este impacto. Preocupava-me se com isto o Município tivesse perdido um cêntimo que fosse de fundos comunitários. Não, não perdeu, vai executa-las, e em alguns casos como já disse em relação à zona industrial de Tondela até vai negociar mais verba para obras complementares que quer fazer. Porque felizmente o presidente da câmara é reconhecido como alguém com credibilidade nessa matéria, e a câmara é reconhecida como entidade que se implica nas causas onde esta envolvida.

Queria deixar uma nota sobre uma observação, ainda, foi uma pergunta colocada, que como transitou para a esfera pública pela oposição na câmara, que se prendia com estudos e pareceres. Já tive o cuidado de corrigir essa expressão, a rubrica orçamental, chama-se “Estudos, Projetos e Consultadoria”. A palavra projetos, intencionalmente foi omitida dessa expressão. Sim o Município investiu mais de meio milhão de euros em “Estudos, Projetos Consultadoria”. Não foi em “Pareceres” foi em “Estudos, Projetos e Consultadoria”. Porque para ter este volume de obras em carteira é preciso ter projetos e é preciso ter fiscalização. Sabem, V. Exas. que por exemplo, o Município tomou a opção de adjudicar a fiscalização das obras de saneamento do Caramulo a uma empresa externa, custa 75 mil euros. Mas porque é que o fez? Porque a fiscalização é elegível como despesa em sede de fundos comunitários, e se a fiscalização for feita com recursos próprios do município, esses recursos não são elegíveis, para obtenção de fundos comunitários. Isso em grande verdade quem diz isso, diz várias situações que aqui têm de estudos, projetos e consultadoria, que de facto originam essa importância que aqui estamos a referir. Só que há uma coisa que nós nunca faremos, sem projetos nunca vamos conseguir fazer obras, nem nunca vamos conseguir acompanhar aquilo que são as nossas preocupações.

Última nota, que queria aqui referir: saúde económica do município. O município neste período ganhou, ou melhor, amortizou, mais um milhão de euros. A margem de endividamento aumentou, ou seja, o município hoje tem margem de endividamento que



Cláudia  
P  
M

é superior aquela que tinha. Dirão alguns, bom, mas tem um problema crónico que é uma parceria público privada para pagar. Claro que tem, tem em 2020 como tinha em 2017, como tinha em 2013, como tinha em 2014, como tinha em 2011 e como terá no futuro. Temos de comparar dados com dados, as circunstâncias são estas. A saúde económica do município é boa, o prazo médio de pagamento do município reduziu para 13 dias. Não é por pagar a 13 ou pagar a 15 que o município é mais cumpridor, mas pagar a 13 ou a 15, ou pagar a 60 ou 90 dias, isso já faz muita diferença.

Com isto eu quero dizer que, do ponto de vista técnico e do ponto de vista político esta prestação de contas é objetiva, tem instrumentos comparativos, ninguém poderá dizer que mesmo não percebendo nada de contabilidade pública não é capaz de olhar para um documento destes, tem um relatório de gestão que pode pecar por ter muitas páginas, mas tem cá os dados objetivos de comparação na execução da receita, na execução da despesa, nas GOP, onde todos poderão ter uma avaliação crítica deste instrumento. Muito obrigado.”

O membro Cristiana Ferreira interveio com a intervenção que se transcreve:

*“Assembleia Municipal de Tondela*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela,*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela,*

*Exmos. Senhores Vereadores,*

*Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:*

Relativamente a este ponto, da prestação de contas, do ano de dois mil e dezanove e porque não ignoramos e antevemos alguma celeuma de natureza política que este mesmo ponto encerra, nomeadamente, a circunstância do saldo para a gerência de 2020 rondar os oito milhões e meio de euros, permitam-me duas ou três notas sobre esta matéria, até porque discordamos e não aceitamos aquela que é a fundamentação política, que a oposição camarária no executivo tomou, para justificar o seu voto contra à prestação de contas objeto da presente intervenção.



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

Cleus  
R  
D

Como já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela o relatório da prestação de contas expressa de forma detalhada a situação económica do Município, tendo referido que a execução financeira foi mais baixa, de facto, atendendo a que se estavam a proceder ao fecho do programa de apoio à reconstrução da habitação, operado por força dos grandes incêndios e do arranque de grandes obras, como era o caso da rede de água e esgotos ao Caramulo, Centro Tecnológico e Empreendedorismo, Frente Ribeirinha e Escola Secundária de Tondela, ZIM de Tondela.

Ora, em primeiro lugar permitam-me salientar a fiabilidade das contas existindo unanimidade acerca da utilização desta evidência e porque, se de contas estamos a tratar, importa sublinhar que as contas do município são fiáveis como de resto a própria oposição também referiu.

Agora, a execução financeira é baixa? Sim

Ficou aquém do que seria desejável? Sim

Sabemos que a execução financeira muito depende do planeamento, ação e eficácia do executivo e portanto não ignorando que parte deste mandato autárquico e até, pelo menos, o primeiro semestre de 2019 ficou e ficará marcado pelos grandes incêndios e pelo esforço da reconstrução das habitações e sim, há que referi-lo as vezes que se mostrarem necessários e suficientes para defender este executivo, não poderá deixar de ser reconhecido que grande parte da ação, planeamento e eficácia do executivo que atrás referi e da qual depende a execução financeira ficou absorvida e comprometida com esta matéria e portanto sim cremos que de uma avaliação *com razoável espírito de análise objetiva, criteriosa e justa, resultará que o primeiro semestre de 2019 foi muito absorvido com a conclusão do Grande Programa de Apoio à Reconstrução da Habitação o que em grande parte justifica a baixa taxa de execução orçamental.*

Mas, ainda em 2019, arrancaram grandes obras e o arranque propriamente dito, bem como as vicissitudes que são por todos conhecidos também careceram do empenho e de uma ação executiva enérgica que também identificámos, estando por isso, este executivo em condições de avançar para a concretização de tão almejados projetos.



Carlos  
Viegas

Assim admitindo a baixa taxa de execução financeira aquém do desejável não podemos deixar de afirmar que quanto ao grau de exigibilidade de execução financeira e este sim é um critério e uma observação de natureza puramente política que se impõe, não pode ser mais elevado face aos constrangimentos que já referi donde destacando os documentos que nos foram presentes na sua forma e no modo da sua apresentação, sinal claro de rigor e transparência da gestão da coisa pública o PSD vota favoravelmente a prestação de contas, elogiando o trabalho desenvolvido pelo executivo ao longo do ano de 2019."

O membro Carlos Viegas tomou da palavra com a declaração de voto que se transcreve:

"Declaração de voto- Votação do Relatório e Conta de Gerência de 2019

Esta Assembleia é o Órgão Político máximo do nosso Município, a quem compete votar as orientações de Política Municipal, fiscalizar politicamente a atividade da Câmara Municipal e apreciar para aprovar ou não a aprovar o Relatório e Contas apresentado pelo Executivo Municipal, não do ponto de vista das técnicas contabilísticas, mas sim do ponto de vista político da adequação dos resultados conseguidos, nos vários aspetos das competências municipais em função das políticas e planos nela aprovados.

Em circunstâncias muito especiais e constrangedoras devido à pandemia Covid-19, apreciámos hoje aqui a prestação de contas do ponto de vista essencialmente político. Em função da nossa apreciação dos documentos de suporte, nomeadamente do Relatório de Gestão decidimos o nosso sentido de voto contra a aprovação do Relatório e Contas pelas razões que de forma sintética apresentamos:

1-a) Quando se compara a execução orçamental efetivamente realizada com o Orçamento e PPI e GOP aprovado encontramos um enorme desvio entre o que foi prometido e o que foi realizado, quer em termos de receita global cobrada, quer em termos de execução de despesa;

b) Em termos da cobrança de receitas corrente a diferença entre a receita corrente orçamentada e a receita cobrada (90,8%), ainda esta percentagem tenha descido quase 4/% em relação a 2018, aceita-se perfeitamente, e nas receitas correntes dificilmente



Cláudia  
R  
D

assim não seria, uma vez que o grande volume de receitas vem de transferências garantidas da Administração Central em termos de regras legais definidas para todos os Municípios.

Já as receitas de capital efetivamente arrecadadas revelam uma inaceitável discrepância entre o executado que não passou de 34,83% do orçamentado por a Câmara não ter posto em execução a generalidade das obras e investimentos candidatados aos Fundos Comunitários, de onde provêm a maior parte das receitas de capital. E nesse campo sem execução não há recebimento.

E se se concorda em absoluto que era necessário dar, no final de 2017 e início de 2018, uma grande prioridade aos trabalhos necessários à reconstrução depois da tragédia dos incêndios de Outubro de 2017, com cinco administradores políticos em tempo inteiro e com um corpo técnico bem capaz como da Câmara Municipal de Tondela não se percebe que ainda agora se venha invocar a ocupação com os problemas decorrentes dos incêndios no primeiro semestre de 2019 para justificar o atraso no lançamento ou execução de projetos considerados de grande impacto para o desenvolvimento do Concelho. Tanto mais que o grosso dos trabalhos com a reconstrução das primeiras habitações resultou de um concurso lançado pela CCRDC, para cuja preparação foi muito importante a ação do Município e seus recursos, mas que depois de posto em marcha baixou de forma significativa a participação dos serviços.

Acresce ainda que são registadas despesas muito elevadas, que se aproximam do meio milhão de € com a aquisição de trabalhos especializados, de que grande parte deverá corresponder a estudos e projetos. Daí que ou houve má escolha dos fornecedores dos serviços e estes apresentaram maus projetos que tiveram de ser corrigidos, ou menos se percebe porque os projetos não avançaram.

c) No campo da execução da despesa, a execução da despesa corrente atingiu uma percentagem aceitável de 76,2%, dependentes das despesas com aquisição de bens e serviços (ainda que neste caso também com uma execução bem abaixo da média das despesas correntes sem explicação explícita no Relatório) e das despesas fixas com pessoal que ultrapassaram 92,6%, mas aqui a execução acontece sem necessidade de grande e elaborada intervenção da administração política da Câmara.



Ceub  
SQ  
JZ

Já a execução das despesas de capital se ficou por uns baixíssimos 34,44%, quase 7% a menos que em 2018, que só chega a essa percentagem puxada pelas amortizações de empréstimos, ainda mais criticável já que a execução do Plano Plurianual de Investimentos se ficou por 29,67%, quase 5% a menos que em 2018, sendo que este plano é o instrumento fundamental para o desenvolvimento do Concelho, que com este nível de execução fica comprometido. E a alegação de falta de verbas para suportar a execução não colhe, porque mesmo que não houvesse recebimentos de Fundos Públicos Comunitários, que só se recebem se houver candidaturas aprovadas e execução nas mesmas, a despesa de capital total executada está apenas na casa de 50% do saldo transitado da gerência anterior transferências de capital do FEF, aliás em grande parte resultante de empréstimos contraídos que não estão a ser usados e de que o Município está a suportar juros sem o proveito do uso da obra feita.

Aliás, este baixo nível de esforço de execução nas despesas de capital começa a levantar-nos dúvidas se não estaremos perante uma estratégia deliberada de concentração de execução de obras a esmo a partir do meio deste ano e em 2021, ano de eleições autárquicas para, sobretudo em algumas freguesias, mostrar obra feita.

d) Como já referimos no ano passado, mais uma vez não aparecem evidenciadas e discriminadas neste relatório as contas da Ficton, como esperávamos que acontecesse em função do debate que sobre o assunto já ocorreu nesta Assembleia e da informação então transmitida pelo Sr. Presidente da Câmara de que se estava a proceder a uma avaliação do modelo a seguir para a Ficton. Embora este ano em função das circunstâncias sanitárias em que vivemos o evento tenha sido, e bem, cancelado, por consideramos que que a Ficton é importante para o Concelho em geral e para o seu tecido empresarial em particular, importa ter informação necessária e transparente sobre a relação custo benefício e sobre o seu modelo organizativo.

2-Na Comunicação Social fez-se eco que a CMT com um saldo de gerência de mais de 8 000 000 de € em 2019. Em nome do rigor de que se reclama o Relatório de Gestão será fundamental que não se queiram tirar dividendos políticos de uma pretensa associação dessa declaração ao que se passa numa empresa de direito privado.



Cláudia  
SR  
Dias

Em primeiro lugar porque a natureza dum Autarquia Local como uma CM faz com que o seu objetivo essencial, independentemente da necessidade de ter uma gestão equilibrada, não seja ter lucro, mas sim proporcionar bem-estar aos seus munícipes.

Em segundo lugar porque o saldo de gerência transitado resulta da não execução de despesa paga a partir do saldo transitado do ano anterior, que já por si resultou em grande parte da não utilização de empréstimo contraído pelo Município há cerca de três anos. E porque, se formos analisar como devemos as contas, os resultados operacionais da CMT em 2019 foram negativos em mais de 1 000 000€, e os resultados correntes negativos em pouco mais de 250 000€, sem que isso seja de causar estranheza ou grande apreensão.

Aliás o saldo global transitado da Gerência de 2019 é quase cinco centenas de milhar de euros inferior ao transitado da gerência de 2018. “

O membro Rui Santos interveio:

“Eu só deixava aqui uma sugestão. Na elaboração destes elementos, que nos foram enviados, há muita utilização da cor sobre quadrados. Eu percebo qual é a ideia, o que acontece é que quem recebe documentos como nós recebemos por via digital e os imprime, a certa altura não consegue ver o que está por baixo dos preenchimentos dos quadros, ou é extremamente difícil, em muitos casos mesmo, conseguir ver que números lá estão. Portanto o que eu sugeria, é que em próxima oportunidade se pusessem os números nas quadriculas a preto e branco, sem qualquer tipo de sublinhado para nos permitir ler melhor o que lá está. Eu percebo a ideia, a ideia é realçar e fazer etc... o que acontece é que para nós, quem recebe os documentos depois, de facto perde-se todo esse efeito, e pelo contrário, a certa altura, há parte dos documentos que são praticamente ilegíveis.

Já agora, eu só queria referir, não sei se é um lapso, no relatório aparece na distribuição dos órgãos e das funções, isso citou-me curiosidade, devo dizer estive a ver, o senhor vereador Miguel Torres e a senhora vereador Sofia, a certa altura partilham uma série de competências. As competências da senhora vereadora aparecem também nas competências do senhor vereador Miguel Torres. Eu como não estive a ver os despachos da delegação de competências, foi a primeira vez que olhei para isso. Não sei se é lapso



na transcrição, que pode acontecer e foi o que me pareceu, que pode ter sucedido, na elaboração do documento.”

O senhor presidente da Câmara respondeu:

“Da intervenção política do senhor membro da assembleia Dr. Carlos Viegas, são argumentos mais que conhecidos. São cópia da intervenção do Vereador Joaquim Santos na Reunião de Câmara e, portanto, o debate já foi feito sobre essa matéria, não há nada a acrescentar sobre isso.

Sobre a questão que o Sr. Dr. Rui Santos colocou, sim na pág. 19 há um lapso, aliás até vê pelo tamanho da letra, a letra mesmo a preto e branco dá para perceber que o tamanho de letra não é igual, portanto está enxertado, a seguir á Proteção Civil até Recursos Humanos seis linhas que não deviam aí estar, e que, portanto, obrigado por essa correção porque está aí um lapso. Será feita uma correção do quadro.

Sobre as questões de preto e branco, eu, curiosamente, os quadros todos, tenho-os a preto e branco e consigo percebe-los, mas percebo a ideia. A ideia foi ajudar a facilitar a leitura, não é complicar.”

Colocado à votação, a prestação de contas foi aprovada por maioria com a abstenção do membro: Francisco Coutinho. Votaram contra os membros: Rui Santos, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista e Martinho Loureiro. Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, Alfredo Cabral, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



## **2.6 Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal da Toponímia e da Atribuição de Número de Polícia**

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o regulamento foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

## **2.7. Análise, discussão e votação do Regulamento de concessão de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Tondela**

O membro Rui Santos interveio:

“Sr. Presidente da Assembleia;

Senhores. Membros da mesa;

Senhor presidente da Câmara;

Minhas Senhoras e meus Senhor.

Nós iremos votar favoravelmente este regulamento, porque achamos que ele estabelece um princípio de apoio que é justo. Como o senhor presidente da câmara sabe,



Cláudia  
Bom

o Partido Socialista contribuiu para que o processo fosse desencadeado, fazendo aquilo que devia. Também para clarificar a intervenção que foi, aqui, feita sobre o relatório de contas porque se prende com este assunto e eu já explico porquê, não é exatamente a intervenção dos nossos vereadores, mas também o que seria expectável é que somos um partido, e se trabalhamos e reunimos não tivéssemos posições e declarações contrárias em absoluto, porque se não alguma coisa estava a ser malfeita.

Aquilo que acontece, como neste caso, é que nós entendemos que se calhar num ou noutro aspeto se poderíamos ter ido mais longe, como alias propúnhamos. Mas este foi o regulamento que foi aprovado na Câmara, foi submetido a discussão pública, portanto parece que terá havido, segundo a minha informação dois contributos que terão sido considerados para o regulamento final, ou três, não sei exatamente quantos houve, essa informação nós não temos. Portanto achamos que pelo menos alguma coisa já está garantida aos bombeiros e por isso, vamos votar favoravelmente.”

O membro Vera Machado tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:  
“Reitero os cumprimentos.

Queria, aqui só deixar uma nota, porque vem aqui hoje a versão final do Regulamento de Concessão de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Tondela, um documento polémico que originou dissertações, teses e até algum despreço por aquilo que realmente importa: apoiar, do ponto de vista social, os bombeiros voluntários do corpo ativo e também aqueles que integram o quadro de honra.

Qual será a importância do autor moral, material, cúmplice, queixoso, quando o que está em causa é um reconhecimento pela entrega abnegada destes homens e mulheres?

Migalhas? Teimosia? Negativismo Impermeável? Demarcação deste documento através da abstenção em sede de reunião de câmara?

Esta logica marxista de preocupação social que não consigo entender, este cuidado com o bem-estar do próximo que é incapaz de apoiar, enaltecer ou ter apenas sensibilidade para qualquer ação que efetivamente tenha impacto na vida das pessoas, menor ou maior, diferenciada ou não.



Salientar que este regulamento final esteve em discussão pública e contou com os contributos das corporações de bombeiros existentes no concelho, bem como de bombeiros no anónimo e tantas outras propostas feitas pelo Partido Socialista.

O mérito e a equidade do documento estão plasmadas no equilíbrio, ponderação, na realidade e na exequibilidade das medidas. Quem tem funções executivas não se escuda em qualquer refúgio quando o que está em causa é o bem-estar de uma comunidade.

E Senhor Presidente da Câmara Municipal, para o Partido Social Democrata, a redução em 50% da taxa de IMI, o apoio para quem habita em casas arrendadas, a isenção de pagamento de taxas de urbanismo, a tarifa social de água, o apoio no IUC não são de todo uma chatice ou trocos como alguns querem apregoar.

Destacar também que tomei em boa nota alguns conselhos que me foram dados na última Assembleia Municipal e que fui ler as atas do executivo, e gostaria de salientar a celeridade e a preocupação com as corporações de bombeiros instaladas no território, tendo já sido aprovado o apoio anual ordinário, bem como um apoio extraordinário por força do COVID-19, em virtude de terem reduzido drasticamente os serviços de ambulatório.

O altruísmo dos bombeiros não tem preço e os apoios a estes homens e à comunidade são para ser efetivados e não publicitados.”

Colocado à votação o regulamento de concessão de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Tondela foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos



Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.8 Análise, discussão e votação da desafetação de domínio público para domínio privado**

Não houve intervenções

Colocado à votação a desafetação de domínio público para domínio privado foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.9 Análise, discussão e votação dos Contratos Interadministrativos a celebrar com Juntas / Uniões de Freguesias no âmbito do Combate ao sedentarismo**

Não houve intervenções.

Colocado à votação, os contratos interadministrativos de combate ao sedentarismo foram aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha,



Caral  
R  
Jm

Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **2.10 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Molelos**

O senhor presidente da câmara interveio:

Se me permitissem eu faria só aqui uma referência genérica e conjunta, porque vem aqui um conjunto de contratos interadministrativos, todos eles são relevantes do ponto de vista de investimento e para aquilo que está em causa. Sejam eles com a Junta de Freguesia de Molelos, que em boa verdade tem dado continuidade aquilo que tem sido a intervenção de requalificação urbana na zona mais antiga da freguesia, zona do Casal, da Silvã, o Bairro ali em volta de Marrocos, toda esta área que tem vindo sucessivamente a ser renovada do ponto de vista de pavimentos e daquilo que é sua envolvente. Seja no caso depois da Junta de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, nos termos que já foi referido. Seja no caso com Freguesias, para alterações de prazos de execução de alguns contratos. Se houver questões pontuais que queiram referir, pois muito bem darei às explicações que forem necessárias.”

Colocado à votação o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António



Cláudio  
Dias

Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.11 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa**

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.12 Análise, discussão e votação Aditamento de Contratos Interadministrativos celebrados com o Município de Tondela**



Carlos  
R  
S

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.13 Análise, discussão e votação Aditamento a contrato interadministrativos celebrados entre o Município de Tondela e Juntas / Uniões de Freguesias**

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



#### **2.14 Análise, discussão e votação da contratação de empréstimo no âmbito da recuperação das habitações não permanentes afetadas pelo incêndio de outubro de 2017**

O senhor presidente da Câmara interveio:

“Como é sabido nós concluímos a alteração PARHP (Programa de apoio a recuperação das habitações permanentes), e este programa resultou de um contrato-programa de apoio, protocolo de colaboração entre o município de Tondela e a CCDR. Envolveu um número significativo de 120 habitações que foram construídas de raiz ou reabilitadas em grande expressão. Poderão sempre alguns dizer que, de facto, isso é um trabalho menor. Um dia alguém ajuizará o que foi maior e o que foi menor. Mas depois levantou-se um segundo problema, como é sabido nós tivemos de grosso modo 400 habitações atingidas, das quais 120 primeiras habitações, um grupo considerável de segundas habitações, depois um terceiro grupo de habitações devolutas.

Das segundas habitações, foi, como é sabido, em 2019 desencadeado um regulamento de apoio que permite que qualquer família que reunisse esses critérios, de segunda habitação pudesse aceder a esse apoio. Primeira questão, uma segunda habitação não pode ser/ ter, na mesma freguesia duas ou três habitações. Sabemos que muitas pessoas as têm por herança, mas o conceito de uma segunda habitação é aquela onde nos deslocamos, onde se deslocam os proprietários em período de férias, ou no fim de semana, ninguém se vai mudar, numa determinada povoação da aldeia A para a aldeia B e dizer que no dia de fim de semana esteve na casa da aldeia B em gozo na sua segunda habitação. Isso não existe.

Havia que, em primeiro lugar, clarificar o conceito, segunda habitação é aquela onde de forma regular se deslocam, ou porque residem noutra cidade e se deslocam ao concelho de Tondela no fim de semana ou porque aqui tem uma casa de férias, este é o conceito de segunda habitação. Perante o conceito, o regulamento que o município de Tondela desencadeou é de todos os cinco ou seis que estão em vigor, aquele que é mais generoso nesta perspetiva. O financiamento vai até 100 mil euros para as segundas habitações dividido em patamares como é sabido. Até 50 mil euros o apoio a fundo



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

perdido é de 50%. De 50mil a 75 mil euros é de 40%. E, acima de 75mil euros, baixa para 30%. Quer dizer que se uma determinada intervenção for ate 50 mil euros o agregado familiar tem aqui um apoio de 50% a fundo perdido.

Segunda questão, isto também consome tempo, foi preciso instruir processos, verificar as condições de legibilidade, obter junto de CCDR o devido parecer. Portanto, chegados a esta fase o Município já tinha esta operação praticamente fechada em finais de 2019 e já gostaríamos de ter este processo em vigor há mais tempo. O que é que o atrasou? A circunstância de o Orçamento de Estado não ter sido aprovado em dezembro do ano passado.

Como é sabido o Orçamento de Estado entrou em vigor no dia 1 de abril deste ano. Pese embora quem vai pagar este empréstimo somos todos nós, é o Município que paga o empréstimo, ele vai-se financiar na linha do FAM (Fundo de Apoio Municipal), mas o dinheiro é o município que o vai pagar, o FAM é como se fosse uma entidade bancaria. O facto de ir ao FAM implicava que a lei do Orçamento de Estado abrisse essa possibilidade e isso só foi viável depois de 1 de abril quando o Orçamento de Estado de 2020 entrou em vigor. Em boa verdade, em situação normal, se o Orçamento de Estado tivesse sido aprovado dentro daquilo que era espectável, em dezembro de 2019, nós já teríamos esta medida em vigor. Perante isto, a operação que aqui vem irá consubstanciar-se no contrato assinado e concomitantemente os agregados familiares serão chamados para o seu contrato.

Sublinho só uma última nota que é do vosso conhecimento, mas que eu relembro. Este modelo de apoio pressupõe que o primeiro capital a ser acionado é o da família, para que não aconteça aquilo que provavelmente está a acontecer em outros sítios. Exemplificando, as pessoas tenham uma obra de 40 mil euros, vão buscar 50% a fundo perdido que são 20 mil euros, estes primeiros 20 mil euros gastaram-nos a meter uma placa ou um telhado, depois a casa parou porque não vão entrar com a sua parte, e isso não atinge o objetivo que se queria, que é que aquela habitação fosse recuperada. Portanto, o que está previsto no nosso regulamento é que os autos são acompanhados pelos serviços, quando executado o financiamento da família entram os financiamentos públicos para que o objetivo seja atingido que é, aquela casa é para recuperar para que seja habitada,



Clair  
SR  
JMS

não é para ficar uma casa a meio gás ou em meia recuperação. Quis só recordar esta condição, tudo demais é do vosso conhecimento, as regras de amortização são do vosso conhecimento, há um período de carência, há um período de pagamento que vai estar associado. Não sabemos se todas as famílias vão assinar o contrato, também vamos ser claros, mas se não for, naturalmente, por isso é que tem um período de carência, se não for usado durante esses dois anos, não é verdade tal como no empréstimo anterior tem períodos de carência, se não é usado não há pagamento de juros porque não é usado capital. Por isso é que há um período de carência. Acho que fui claro em relação às questões.”

O membro Martinho Loureiro tomou da palavra:

“Sr. Presidente da mesa;

Senhor Presidente da Câmara;

Restantes membros da mesa;

Membros da Assembleia Municipal;

Minhas senhoras e meus senhores.

Relativamente a este ponto, nós estivemos a fazer uma análise sobre esta contratualização deste empréstimo e achamos que a Câmara fez o que devia. Aproveitou boas condições de financiamento, boas condições que não comprometem a Câmara no futuro em termos de endividamento, não engrossa o endividamento da Câmara, digamos assim. E fez também aquilo que outros municípios também fizeram.

Relativamente á questão das regras de contratualização, das regras que os municípios podem usufruir, é evidente que não podemos admitir nenhum escândalo de pessoas recuperarem duas casas, duas ou três casas como é evidente. Mas de qualquer forma o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta contratualização de empréstimo.”

Colocado à votação, a contratação do empréstimo foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana



Carb  
R  
Jo

Ferreira, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**2.15. Análise, discussão e votação do acordo de mutação dominial a celebrar com as Infraestruturas de Portugal S.A. e o Município de Tondela**

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente;

Caros membros da Assembleia.

Quer o ponto 15 quer o ponto 16 são de natureza similar. Ambos se prendem com a estrada 230, só lembrar as memórias de todos, neste momento no município de Tondela são poucos os troços que não são de gestão municipal. A Infraestruturas de Portugal praticamente não tem nenhuma estrada sobre gestão da sua esfera. Tem atualmente a estrada 230 no Alto Pendão até ao limite de concelho quem vai para Carregal do Sal, portanto essa estrada está na esfera de gestão das infraestruturas de Portugal, e tem na 230, no caso do Caramulo, a seguir sensivelmente à localização do edifício da GNR e da Emissora das Beiras. Quem sobe até ao limite do concelho, quem corta para o Caselho e Guardão, esse troço está sobre a jurisdição das infraestruturas de Portugal, como também está em toda a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho.

Porque é que veio aqui esta questão, porque para a execução da obra de água e saneamento ao Caramulo a adutora da água vai usar cerca de trezentos metros desta



estrada, que até agora é ER 230 acima do edifício da GNR. Por essa razão é que se vem pedir a desclassificação, e nós vamos receber esse pequeno troço para permitir que essa conduta possa ser executada.

Ao mesmo tempo, o ponto seguinte que aqui vem, prende-se com uma obra que iremos lançar de imediato que é a requalificação urbana dentro de São João do Monte, ou seja, quem está a ver São João do Monte sensivelmente junto da estrada principal de lado direito descendente a começar no corte para a escola, até ao largo de quem corta na ponte para a igreja, lado direito, depois lado esquerdo, passeio de um dos lados e requalificação desse troço urbano em São João do Monte. Como a estrada é regional, então tem de haver aqui uma autorização para execução desta infraestrutura. Basicamente os dois pontos têm a ver com isto.”

Colocado à votação, o acordo de mutação dominial foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

#### **2.16 Análise, discussão e votação do acordo de gestão a celebrar entre as Infraestruturas de Portugal S.A. e o Município de Tondela**

Não houve intervenções.

Colocado à votação o acordo de gestão foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado,



José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.17 Análise, discussão e votação da Criação de Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau**

O senhor presidente interveio:

“Aquando da aprovação do quadro de pessoal no ano findo, com a aprovação do orçamento foi presente uma nova estrutura orgânica que já tinha presente a existência de dois lugares de cargos intermédios de chefia de 3º grau. O que falta para os materializar é que a Câmara proponha à Assembleia, o que está a fazer, a posição remuneratória e o universo de recrutamento dentro desses quadros, ou desses profissionais. Nos termos da informação o que esta proposto e está previsto é de que, face a posição atual haja dois saldos nas posições remuneratórias e, portanto que esses dois lugares perante esta deliberação venham a ser preenchidos. Em boa verdade acho que a informação está bem detalhada, e explicita os termos em que se propõe esta alteração.”

Colocado à votação a Criação de Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José

1 1  
Clerk  
R  
A



António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

### **2.18. Apreciação do inventário de bens e direitos patrimoniais**

Não houve intervenções.

### **2.19. Eleição do representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento da 2ª Revisão do PDM**

Foi presente uma lista, designada por lista A, proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, que propõe o membro Cristiana Ferreira.

Colocada à votação, houve a seguintes votação:

Lista A – 30 votos;

8 votos em branco;

Seguidamente, foi designado o membro Cristiana Ferreira, para a Comissão de Acompanhamento da 2ª revisão do PDM de Tondela.

### **2.20 Outros assuntos de interesse para o concelho**

O membro Abílio dos Santos interveio com um voto de louvor, que se transcreve:

#### **“Voto de Louvor**

Portugal e o resto do mundo, foram e continuam a ser ainda, afetados pela maior pandemia de que há memória, e que já motivou milhares e milhares de mortos. A surpresa desta pandemia e a forma rápida como se propagou revelou a vulnerabilidade, a



## Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

Alcides  
R  
S

fragilidade e a falta de preparação da humanidade em calamidades como esta. Esta tragédia que a todos abalou, tanto no ponto de vista social e humano, como no ponto de vista económico, veio provar que por mais avançada que esteja a ciência, o mundo é ainda impotente e incapaz de controlar situações como esta.

Neste momento tão difícil para todos os portugueses é justo destacar o excepcional serviço prestado ao País pelos médicos, enfermeiros, auxiliares e outros profissionais de saúde, pela forma profissional, humana, generosa e corajosa com que estiveram na linha da frente no combate ao vírus, arriscando as suas vidas para salvar a vida do próximo.

Mesmo agora, com a situação mais ou menos controlada, lá continuam com a sua ação decisiva para cuidar dos doentes, monitorizar os casos positivos, manter a vigilância dos casos suspeitos e travar a infeção de mais pessoas.

Uma palavra também de reconhecimento, aos Bombeiros, às Forças de Segurança, às autarquias, a muitas empresas públicas e privadas, e a muitas outras instituições e cidadãos que deram e continuam a dar o mais que podem e sabem, no inequívoco apoio às pessoas mais vulneráveis das nossas comunidades, com particular referência aos mais idosos, às crianças e aos portadores de deficiência.

É a toda esta gente forte no gesto, mas anónima na nobreza que quero pedir em meu nome pessoal a esta Assembleia um profundo e sentido voto de agradecimento e reconhecimento, pelo grandioso e eloquente trabalho que têm dado a Portugal e aos portugueses no combate ao Covid 19.

Propunha, se assim o entender e se todos concordarem, que este voto seja da assembleia.

Pedia também que fosse guardado um minuto de silêncio por todos os que morreram até agora, vítimas da pandemia.”

Seguidamente, o membro Marta Coimbra tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente, da Câmara de Tondela



Cláudia  
R  
Bo

Caros Deputados e restantes presentes

Dirijo-me hoje a esta Assembleia, neste ponto da ordem do dia pois penso que como investigadora do Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes, como membro desta Assembleia e acima de tudo como cidadã deste país, cabe-me contribuir para o esclarecimento da nossa comunidade e partilhar convosco alguns pontos sobre a COVID-19 e o momento atual de Portugal face a esta pandemia. Dirijo-me a vós com toda a humildade e numa perspetiva de sensibilização e estarei disponível para qualquer esclarecimento adicional.

Desde o início do século XXI, vários surtos virais ameaçaram a humanidade e apresentam novos desafios ao sistema de saúde moderno. O SARS-CoV-2 que se pensa ter tido início em Dezembro de 2019 na China representa, na minha perspetiva, o maior desafio que a humanidade enfrenta este século. Foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a 11 de março de 2020 e desde essa data todos, sem exceção, sofremos as consequências da sua propagação, assistimos dias a fio aos números crescentes de infetados e mortos por esta Europa fora, ao mesmo tempo que lidávamos com um confinamento que nos atirou para o isolamento social, para o distanciamento de muitos entes queridos e para o início de uma crise económica sem precedentes.

Na ausência de intervenções terapêuticas válidas, muitos países sofrem com a elevada taxa de mortalidade. Os números são já impressionantes: o vírus já infetou mais de 9 milhões de pessoas e matou perto de 500 mil.

O desenvolvimento da vacina está em andamento, mas enfrenta desafios. Não haverá vacina nos próximos meses. Nós cientistas batalhamos em diversos campos para a resposta clínica à Covid-19: a mais longa, a vacina, que não surgirá a curto prazo; ou um fármaco que reduza os sintomas mais severos. Para já, o mundo atual luta na contenção do vírus e na redução da propagação da doença, mas poucos países tiveram sucesso.

Em Portugal, orgulho-me da resposta que os profissionais de saúde e a comunidade científica deram no meio de tamanha adversidade. Se por um lado na os



Cláudia  
R  
João

profissionais de saúde batalham dia e noite para prestar todos os cuidados aqueles que necessitam, colocando em risco a sua própria vida, a comunidade científica uniu-se prontamente para fazer parte da resposta ao problema, procurando também terapêuticas efetivas e testando, testando, testando. Orgulho-me de fazer parte de um conjunto de voluntários do Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes, que realiza atualmente cerca de 100-300 testes/ dia e faz parte desta longa cadeia de instituições que respondeu prontamente ao desafio do século. O sentido cívico e a confiança mútua entre a comunidade científica e as autoridades de saúde em Portugal desempenharam um papel fundamental na alta taxa de testes realizada por Portugal.

Mas o que sabemos até à data?

Num estudo recente encomendado pela OMS, verificou-se que a proteção a COVID-19 aumenta à medida que a distância vai aumentando entre dois indivíduos. O uso da máscara facial pode resultar numa grande redução do risco de infeção, principalmente a N95 ou similares em comparação com máscaras cirúrgicas descartáveis ou similares. A proteção ocular também está associada a taxas inferiores de infeção. Outras estratégias de sucesso incluem amplo teste e rastreamento de contatos, suplementado por formas moderadas de distanciamento social e a quarentena de casos diagnosticados e suspeitos.

Partilho convosco um artigo publicado na revista *Nature* que veio mostrar que, com as medidas de confinamento aplicadas, até 4 Maio foram poupadas cerca de 3 milhões de vidas em 11 países europeus (PT não incluído). Se quiséssemos extrapolar para a realidade portuguesa teriam sido cerca de 60 mil óbitos adicionais. Números impressionantes!

A taxa de infeção e a mortalidade associada ao novo SARS-CoV-2 permanece ligada a vários fatores de risco, incluindo idade, sexo e condições de morbilidade, como doenças cardiovasculares, diabetes e o cancro.

Teremos desconfinado demasiado depressa?

Na minha perspetiva, SIM. Poupámos milhares de vidas e confinámos no momento certo, mas estamos longe do sucesso. E isso vê-se pois em Portugal nas últimas



Cláudia  
CR  
DS

duas semanas verificou-se um aumento muito significativo de casos entre os mais jovens, que pode estar relacionado com pessoas que necessitam de usar os transportes públicos, em locais de maior densidade populacional e com os ajuntamentos ilegais verificados em diversos concelhos do país. Se calhar estávamos à espera de que o nosso controlo causasse quase o desaparecimento do vírus. Estávamos enganados. Depois também há uma falsa sensação de imunidade por parte dos mais novos, à qual os infeciologistas respondem com um alerta para o aumento de casos graves entre os mais jovens.

Nesta altura é essencial a adoção de uma postura prudente, pedagógica e rigorosa. Apelar para que todos tenhamos um comportamento controlado. Cada um de nós é peça fundamental no plano da luta contra este inimigo. Não podemos sair do confinamento e voltar à nossa vida que achávamos que era a normal. Somos neste momento a par da Suécia, o país com maior taxa de indivíduos infetados! Temos de viver um novo normal em que tudo é extremamente prudente. Encarar esta nova realidade de uma forma responsável e manter o distanciamento social. Somos o 34º país com mais casos (cerca de 400000), acompanhados de mais de 1500 mortes. O número de mortos em Portugal, por grupo etário mostra-nos que a partir dos 50 anos a taxa aumenta significativamente (98% dos óbitos são acima dos 50 anos). Sabemos que temos uma população envelhecida, não podemos comprometer os anos de vida útil que o grupo de risco ainda tem para viver.

O nosso comportamento em sociedade é fundamental, por isso só se cada um de nós mantiver o distanciamento e tomar as precauções necessárias, poderemos retomar as nossas vidas, levantar a nossa economia e, acima de tudo e todos, preservar a vida humana.”

O membro Vera Machado interveio:

“O Grupo Parlamentar do PSD tinha também preparado e queria falar com os outros grupos parlamentares com assento na Assembleia, fazermos um voto de louvor conjunto a todos os profissionais e cuidadores que estiveram na luta da frente do combate ao COVID 19. Mas, entretanto, e como o senhor Abílio iniciou e falou primeiro o PSD vai naturalmente associar-se ao CDS no enaltecimento destes grandes homens e mulheres.”



O senhor presidente da mesa colocou à votação o voto de louvor, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Jorge Henriques, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Gilberto Oliveira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

De seguida propôs que o minuto de silêncio fosse efetuado no final dos trabalhos.

### **3-Período aberto ao Público.**

O senhor presidente da mesa informou que a assembleia, de acordo com a legislação em vigor não deveria ter público. Por lapso foi incluído na ordem de trabalhos o ponto 3 “Período aberto ao Público”. Atendendo que estava presente uma pessoa para intervir neste ponto, questionou se alguém se opunha. Atendendo que ninguém se opôs, deu a palavra à senhora D<sup>a</sup> Stephanie Pais.

“Antes de mais queria cumprimentar todos.

Exmos. senhores e Exmas. Senhoras.

Queria agradecer a oportunidade, realmente eu li a convocatória e foi a mensagem que eu percebi, ao fim de alguém tentar entrar sem autorização, peço desculpa.

Ora então a minha questão, muito breve, não quero tomar mais tempo a ninguém, queria-me dirigir ao Exmo. senhor presidente da câmara. Relativamente há um ano atrás, cerca de um ano foi anunciada a requalificação das termas Sangemil e eu queria saber se isso foi apenas um projeto ou se há algo para avançar, em que ponto da situação é que estamos. Relativamente as zonas envolventes das termas, há zonas que estão vandalizadas junto a ponte. Queria saber se essas zonas podem ser cuidadas, ou não. Ou se é de responsabilidade da Junta da Lajeosa. Muito obrigada.”



O senhor presidente da câmara respondeu:

“Respondendo à interpolação da Stephanie, cidadania também é isto, intervenção nestas condições.

Respostas objetivas sim, o município tem o projeto pronto de várias coisas. De novas captações, como já dissemos. O grande problema das termas tem a ver com a circunstância de estas captações atuais serem relativamente superficiais, cerca de 90 metros de profundidade, isso leva a que possam ocorrer alterações bacteriológicas com alguma frequência. As novas captações vão ter uma profundidade superior a 300 metros. Daqui vai resultar que a água que e extraída chegará com uma temperatura muito superior, mais de 60ºgrº, o que para efeitos terapêuticos a água deverá rondar os 30 e poucos graus. Haverá uma permutação e o gradiente térmico que daqui resultará será utilizado para eficiência energética do próprio edifício. Além disso o edifício vai ter uma requalificação, aliás, esta fase de pandemia também nos atrasou nesta fase, nessa circunstância, esta semana. Já ocorreu uma reunião com o diretor técnico e o diretor clínico, porque neste momento o que se está a discutir é se tem sentido e em que termos é que as termas vão abrir. Essa é outra dúvida. Ainda ontem em conversa com o Presidente da Câmara de São pedro do Sul, o vereador Pedro Adão também esteve presente, bem como o vereador Miguel Torres na Assembleia Intermunicipal do Planalto Beirão, onde ele estava, ele próprio refere, e estamos a falar das maiores termas do país, que neste momento o grau de afluência é muito residual, muito, muito residual. Portanto, mas isto para explicar que o lançamento da obra tem muito a ver como a forma como nós vamos gerir ou não gerir, esta época este ano.

Em situação normal, se nada de contrário acontecer, durante o mês de julho é lançado em concurso público a primeira fase desta obra. A primeira fase desta obra terá um orçamento superior a um milhão de euros. Admite o município recorrer a linhas de financiamento para essa operação. Em paralelo já candidatou esta obra ao programa de eficiência energética, está demorado, mas, vamos avançar em qualquer caso. Portanto esta primeira fase incluirá, a requalificação do edifício e concluir também o último piso do edifício, que desde a construção em finais dos anos 80, nunca foi concluído. O projeto ainda incluirá numa segunda fase, conseqüente a esta, o aproveitamento de águas termais,



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

não para fins terapêuticos, mas para fins lúdicos, numa piscina exterior com água aquecida. Portanto, em boa verdade o projeto tem esta dimensão toda, faseado, mas tem esta intervenção.

À segunda pergunta que colocou, áreas envolventes. Um dos equipamentos envolventes tem a ver com as casas de banho públicas, que estão de apoio a esta unidade e que por força de nestes últimos tempos, ter estado o espaço com uma utilização que foi relativamente vandalizado. A primeira prioridade, foi desde já reabilitar essas instalações sanitárias e assim que as termas abram, passara a estar integrado nos serviços da entidade que explora as termas, ou que está a prestar serviço nas termas, já que a entidade exploradora é o município, também a manutenção desses espaços, nomeadamente a bateria sanitária exterior. Em boa verdade é isto que está. Sobre os demais calendários, pois, estamos aqui muito dependentes do que é que vai acontecer coma época termal. Em situação normal nós tínhamos aberto a época termal em abril, e estaríamos a fecha-la em novembro. Neste momento temos que nos alinhar com aquilo que vai acontecer com o resto do território. Para nós era fundamental podermos lançar esta obra, em julho, em concurso publico. Desta fase, consequentemente, ainda estiva há 15 dias na APA (Agência Portuguesa do Ambiente) por causa da localização desta piscina exterior, pode ter ali uma pequena área, que está sobreposta ou não, está se a avaliar isso, ao leito de cheia, e isto está a ser avaliado sabre isso. Mas isto não impede que a obra do edificio seja lançada, e esperamos nós neste mês de julho, ter a obra pronta para ir para concurso publico. Obrigado.”

Seguidamente, foi feito um minuto de silêncio, como proposto no voto de louvor.

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: \_\_\_\_\_

Carlos Cecebe

Carlos  
Cecebe



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 26-06-2020

*Handwritten signature/initials in blue ink*

O 1º Secretário: *Handwritten signature in blue ink*

O 2º Secretário: *Handwritten signature in blue ink*

## **Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela**

**(de 12 de fevereiro a 22 de junho de 2020)**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**1-**

**Decorridos quatro meses sobre a última Assembleia Municipal, cumpre-me fazer uma retrospectiva daquilo que foram tempos completamente atípicos, tanto no concelho de Tondela como por todo o mundo.**

**Aliás, este tem sido um mandato marcado por situações impensáveis, tal como foram os incêndios de outubro de 2017, que nos levaram a gerir uma realidade nunca antes vista.**

**Foi preciso reerguer parte do concelho e isso fez com que tudo o resto parasse. A obra municipal parou, mas a normalidade foi reposta, com a celeridade possível, junto das mais de 100 famílias que viram as suas primeiras habitações serem atingidas pelas chamas, o que deve ser acrescido a outras habitações secundárias e devolutas, atingindo um total de mais de quatro centenas de habitações.**

**Depois, numa fase em que estávamos a retomar o ciclo de grandes investimentos e de crescimento, de novo, vivemos tempos que nos obrigaram a parar, para combater um vírus implacável, que continuamos sem saber onde está ou quem pode atingir.**

**As primeiras semanas de março serviram para planear e tentar precaver da melhor forma que conseguíssemos perante o que sabíamos, tomando todas as medidas adequadas, começando pelo Plano de Contingência Municipal, passando por ter tudo a postos para ativar o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, caso se justificasse.**

**Também criámos o serviço "Cuidar à Distância para Proteção de Todos", que desde o seu início deu resposta a perto de duas centenas de solicitações, para além da linha de apoio psicológico.**

Recordo que existem duas linha de atendimento telefónico, uma para cada áreas, que têm como grande objetivo o reforço da informação/comunicação em período de crise, focadas no apoio psicossocial, e na entrega de bens alimentares ou medicamentos a pessoas que estejam mais isoladas, privilegiando desta forma o cuidado e a proximidade, orientando munícipes e fazendo o despiste das suas principais necessidades.

Na sequência do COVID-19, os atendimentos e as necessidades que chegaram à equipa no domínio do apoio psicológico, totalizam neste momento 11 atendimentos; já no campo do apoio psicossocial no âmbito do programa (onde chegam pedidos de apoio diversos como avaliação de condições de insuficiência económica, apoio ao nível da entrega de bens alimentares ou medicamentos, etc) já foram avaliadas e respondidas, até ao momento, cerca de 170 solicitações.

Neste período, demos também uma resposta célere em relação à criação da área dedicada para avaliação de doentes com suspeita de COVID-19, a funcionar no Pavilhão E da Escola Secundária de Tondela.

Na altura, em tempo recorde, este pavilhão sofreu obras pontuais, criando-se uma valência que veio dar resposta, em tempos de pandemia, aos nossos munícipes e ainda a dois concelhos vizinhos.

Não se deixa de lamentar a má formação de alguns, que quiseram lançar alarmismo sobre esta localização, mesmo quando tudo estava devidamente esclarecido e acuteladas todas as condições de segurança, no quadro da cooperação com as diferentes autoridades de saúde.

Também executámos, ao longo de várias semanas, a desinfeção de locais públicos, como zonas envolventes a farmácias, áreas comerciais, zonas de abastecimento de combustível, correios, multibancos e unidades de saúde, de forma diária.

Foram testadas perto de 6 centenas de pessoas, entre funcionários de todas as instituições do concelho, com valências de ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), Serviço de Apoio Domiciliário ou Creches.

Foram ainda testados elementos das corporações de bombeiros e alguns utentes das instituições, por se afigurarem situações de dúvida clínica ou por se terem deslocado a urgências hospitalares.

Todos estes últimos com o pagamento integral do município, enquanto que no primeiro grupo, só alguns tiveram a comparticipação do MTSS, sendo o remanescente suportado pelo Município.

Por outro lado, também adquirimos um volume considerável de equipamentos de proteção individual – máscaras, luvas, fatos, etc, para as nossas instituições de apoio social, bombeiros, equipas de proteção civil.

Ainda no apoio as Corporações Humanitárias de Bombeiros, não se deixará de referir o apoio financeiro, extraordinário, para auxiliar os custos com pessoal face à diminuta receita que a inexistência de transportes de doentes para tratamento e consultas hospitalares veio a desencadear.

No campo das medidas de proteção, quisemos ir mais longe e chegar a todos os agregados familiares do concelho de Tondela, entregando máscaras de proteção porta a porta, o que envolveu as autarquias de freguesia, e voluntários do movimento associativo.

Como sempre temos dito, neste campo de incertezas, nunca há vitórias.

Mas também não podemos deixar de reconhecer as evidências.

- Tondela é um concelho industrializado, com muitas empresas multinacionais, onde a circulação de pessoas e mercadorias é muito intensa;
- Tondela é um concelho com um número significativo de ERPI - lares (em particular na Vila do Caramulo);
- Tondela é um concelho com forte dinâmica na área da logística;

Todos estes indicadores, quando comparados com concelhos de dimensão igual, (ou outros nossos vizinhos de menor dimensão), não deixam de reconhecer que, felizmente, à data de hoje, o numero de casos positivos de COVID-19, no nosso concelho, é muito menos expressivo! A taxa de incidência, face aos dados conhecidos, é de 0,00046% da população.

Tal deve-se a todos os que contribuem com uma atitude cívica, responsável, promovendo a sua segurança e a daqueles que os rodeiam.

Também foram desencadeadas outras medidas para as nossas famílias, nomeadamente o apoio na tarifa da água, no montante de 50% da componente da tarifa de água, durante os meses de março e abril, bem como o apoio na tarifa

do saneamento e resíduos sólidos, com redução em 50% da tarifa, durante os meses de março e abril.

Neste âmbito (Apoio às Famílias – água – saneamento - resíduos sólidos urbanos), nesta data, existem 14 requerimentos recebidos, 5 dos quais deferidos, em valores correspondentes a Água e Tarifa fixa – crédito Águas Planalto: 110,71€ e RSU e Saneamento: 43,73€.

Com as aulas a decorrerem a partir de casa, foram também entregues tablets e computadores a cerca de 200 alunos do concelho de Tondela, enquadrados no âmbito da ação social escolar, que frequentam desde o 1º ano ao 12º anos.

No que se reporta ao reinício das aulas para alunos do 11.º e 12.º anos (em 18 de maio), o Município assegurou as devidas condições para que todos os alunos tivessem transportes escolar nas condições de segurança preconizadas.

Também com o recomeço do pré-escolar (em 1 de junho), foram asseguradas em condições de segurança os requisitos que são da responsabilidade do Município – CAF, transportes, EPI para funcionárias.

Também foi pensado um pacote de medidas de apoio a microempresas de comércio e serviço, com apoio ao pagamento de 50% da renda mensal, com limite de 200,00€/mês, referentes aos meses de março e abril, dos estabelecimentos comerciais e de serviços, enquadradas em microempresas, que tenham estado fechados na sequência da declaração de Estado de Emergência (lista de atividades que acompanhou a citada declaração – Anexo I).

Em relação aos estabelecimentos que estiveram abertos, (ao abrigo do Anexo II da lista de atividades prevista na declaração do Estado de Emergência), foi atribuído o apoio de 50% de uma renda mensal, com limite de 200,00€/mês.

Aos que tinham empréstimo bancário, foi concedido um apoio de 50% de uma prestação mensal, com limite de 200,00€/mês.

Apoio no montante de 50%, durante o mês de março e abril, da componente da tarifa de água (alínea v) nº 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro,

conjugada com a o artigo 4º da Lei 6-2020, de 10 de abril) e redução da tarifa de saneamento e resíduos sólidos urbanos (alínea e) nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013, 12 setembro), às micro empresas de comércio serviços, que se viram obrigadas a encerrar na sequência da declaração de Estado de Emergência (constantes da lista de atividades que acompanhou a citada declaração). –

A equipa de ação social que receciona e avalia a atribuição destes apoios para microempresas – rendas/créditos, verificou terem sido instruídos 134 requerimentos; 84 processos já deferidos e que cumprem todos os requisitos estipulados nas respetivas normas – correspondentes ao montante de apoio, estimado em 21.220,67€; aguardam envio de documentação por parte dos requerentes 50 processos).

No Apoio a Microempresas – água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, foram recebidos 43 processos recebidos e 14 destes foram já deferidos uma vez que cumprem todos os requisitos estipulados nas respetivas normas, correspondentes a RSU e Saneamento, correspondendo a um valor de 163,82€ e a um valor de 195,89€ correspondente à água e Tarifa Fixa (crédito Águas Planalto).

Em relação ao Apoio às Famílias – água – saneamento - resíduos sólidos urbanos há 14 requerimentos recebidos, 5 dos quais deferidos, em valores correspondentes a Água e Tarifa fixa – crédito Águas Planalto: 110,71€ e RSU e Saneamento: 43,73€.

Foi decidido manter isenção das taxas de ocupação de espaço público para esplanadas, bem como de publicidade, nos estabelecimentos de comércio e serviços, bem como manter a isenção de pagamento da renda de forma retroativa ao dia 01 de março, por tempo indeterminado, até que estejam reunidas as condições para retomar a atividade, dos arrendatários dos espaços comerciais sob gestão/propriedade municipal.

A situação que atravessamos, a gravidade e a dimensão desta realidade, obrigou a que fossem tomadas todas estas medidas de apoio.

## 2.

Neste período foram também várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades.

Gostaríamos de destacar aqui as inúmeras diligências levadas a cabo em prol da manutenção do serviço da Urgência Básica do Hospital Cândido de Figueiredo, depois da administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu ter manifestado a intenção de a encerrar, em consequência da pandemia da COVID 19, o que traria uma inquestionável perda para a região, e porventura com repercussões futuras.

Sublinhamos que esta manutenção é o resultado dos esforços, do empenho e das muitas diligências mantidas para evitar o encerramento da urgência básica do hospital Cândido de Figueiredo.

Seria uma perda na resposta de proximidade para as gentes do concelho de Tondela e restantes utentes do sul do distrito se tal acontecesse, representando uma quebra no sentimento de identidade e de resposta de proximidade deste Hospital, bem como na qualificação do mesmo.

Recorde-se que o serviço de urgência Básica do Hospital Cândido de Figueiredo, localizado em Tondela, além de servir diretamente a população do concelho de Tondela, também é o serviço de referência para grande parte do sul do distrito de Viseu, especialmente os concelhos de Carregal do Sal e Santa Comba Dão, e algumas outras localidades da Zona de Lafões, com incidência em toda a Serra do Caramulo.

É agora a agora de se dar o passo em frente. E se exigir clarificação do modelo funcional desta unidade do CHTV.

**Quais as metas na especialização enquanto Hospital de Ambulatório?**

**Que modelo de gestão para a SUB?**

**Quais os meios complementares de diagnóstico que serão valorizados ou implementados?**

**Quais as consultas externas que ganharão mais resposta?**

Tondela não pode ser prejudicada por atritos sucessivos, que são públicos, dentro da administração do CHTV e com consequência nos diferentes diretores de serviços, que ainda bem recentemente vieram a por o seu lugar à disposição da tutela.

Ainda se reforça outra preocupação, centrada no facto das extensões de saúde de Caramulo, Molelos e Lajeosa do Dão se encontrarem ainda encerradas pelo

**facto de não existirem Assistentes Operacionais suficientes na estrutura do ACES, para serem colocados nas várias extensões de saúde.**

**Este quadro, tem inviabilizado a sua reabertura e normalidade do funcionamento, com consequências na acessibilidade aos cuidados da rede primária de saúde.**

### **3.**

**Mas depois das atenções estarem muito focadas no combate à pandemia, preocupações estas que se mantêm bem presentes, também foi preciso não descurar das obras que nos tínhamos proposto fazer.**

**Foi o caso dos trabalhos de ampliação e requalificação da Zona Industrial Municipal de Tondela (Adiça), cujo investimento ultrapassa os 3 milhões de euros.**

**Esta obra, que pretende abrir portas para a instalação de mais projetos e de mais oferta de trabalho, arrancou no início de maio, embora estivesse previsto um mês antes, mas fruto da pandemia que se atravessa, a empresa não tinha até então. Esta obra vai tornar esta ZIM ainda mais atrativa, a novos investidores, ao mesmo tempo que vem responder a necessidades de expansão sentidas pelo tecido económico instalado.**

**A procura incessante de investidores, aliados a uma diplomacia económica municipal, que tem como principal objetivo a captação de investimento e a consequente criação de emprego e fixação de pessoas, fez com que a ZIM de Tondela precisasse de crescer para poder vir a acolher novos desafios.**

**Recorde-se que esta obra visa a requalificação das infraestruturas existentes; a ampliação das infraestruturas da zona noroeste e a requalificação da ex-N2 (entre o nó do IP3 e a rotunda sul); a ampliação de infraestruturas, com abertura e infraestruturização do arruamento nascente; a construção de um novo parque de estacionamento; e a implementação de um sistema adicional de combate a incêndios.**

**Ainda no domínio de obras que estão em execução, sublinha-se também a empreitada da remodelação da rede de água e saneamento, e de novas captações, reservatório, adução e distribuição à vila do Caramulo.**

**Este é um investimento que ultrapassa os 2,3 milhões de euros, que conta com uma participação financeira de quase 1 milhão de euros do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).**

**Estas obras encontram-se já numa fase muito avançada, com várias frentes de trabalho em simultâneo e deverão estar concluídas no final do primeiro trimestre de 2021.**

**Sublinhe-se que com o crescimento urbano que se registou nos últimos anos e consequente aparecimento de novos aglomerados, a distribuição de água encontrava-se completamente desajustada. Por isso, é uma obra de grande importância para as gentes do Caramulo, que merecem um sistema de distribuição de água ajustado e de qualidade**

**Assim, no que toca a rede de água, a empreitada prevê a captação, adução, construção de reservatório e distribuição de água, com os respetivos ramais domiciliários.**

**Já em termos de esgoto, inclui a remodelação da rede existente, bem como a execução de uma nova rede em alguns arruamentos onde era inexistente.**

**4-**

**Outra grande obra que já se encontra em andamento é o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo.**

**Prevê a reabilitação do antigo armazém da Federação de Vinicultores do Dão, bem como a regeneração do espaço exterior envolvente.**

**Com a reconversão da antiga e primitiva adega, localizada na margem esquerda do rio Dinha, pretende-se criar uma plataforma que traga benefícios para os 'clusters' indústrias e as nossas universidades, potenciando a formação ao longo da vida de tantos quadros superiores e transpondo a universidade para um laboratório inserido nestas importantes indústrias.**

**A obra, a executar em 18 meses, ultrapassa os 2,5 milhões de euros, contando com uma participação do FEDER na ordem dos 1,8 milhões de euros.**

A par destas obras, não deixa de se destacar que está a decorrer o Concurso para a Frente Ribeirinha e para a 2ª fase da Escola secundária de Tondela (estas duas obras tiveram concursos a decorrer no período do estado de Emergência – e talvez por isso ficaram sem concorrentes).

Igualmente, está a decorrer o concurso para a Ligação da Av. Sá Carneiro ao Estádio/Cemitério e à Av. das Comunidades, bem como para o CRO – Centro de Recolha Oficial de animais.

Também se irá iniciar-se a Construção da ETAR da ZIM do Lajedo.

Brevemente será lançada a obra de requalificação do balneário termal, a par da dinamização deste sector.

A par destes investimentos estratégicos, não e de menor importância um vasto conjunto de obras de proximidade, na melhoria da rede viária e na beneficiação das condições de segurança.

## **5.**

Não deixaremos, ainda, de referir um conjunto muito significativo de intervenções na gestão das redes de combustível, e na limpeza de bernas, nomeadamente nas vias municipais de maior impacto, para a mobilidade e segurança dos nossos concidadãos.

Sendo verdade que muitas destas vias, ainda recentemente, foram intervencionadas. Mas as condições climatéricas são favoráveis ao crescimento rápido das espécies invasoras, o que obriga a trabalhos continuados, absolutamente dispendiosos, em montantes superiores a varias centenas de milhares de euros, sem que para isso exista qualquer linha de financiamento, a não serem os cofres municipais.

Nesta fase, estão em curso, ou já em fase de adjudicação, as seguintes vias, enquanto outras se seguirão:

- . Estrada Municipal Couço/Ferreirós do Dão
- . Estrada Municipal Ferreirós do Dão/Lajeosa do Dão
- . Estrada Municipal Penedo/ER337
- . Estrada Municipal Lobão da Beira/ Póvoa Rodrigo Alves
- . Ex- EN2
- . Estrada Municipal Muna/Carvalhal da Mulher

- . Estrada Municipal Lobão da Beira/lajeosa do dão
- . Estrada Municipal 627
- . Estrada Municipal Sabugosa/Fráguas
- . Ex-ER 230 (Campo de Besteiros/Caramulo)

**Tondela, 22 de Junho de 2020**

**O Presidente da Câmara Municipal de Tondela,**

.....

## SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

### 1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 18 de junho de 2020.

### 2. RECEITA

#### 2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2020 e 18-06-2020)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (46,46%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
CAF	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100%	(4)=(3)-46,46%	(5)
	<b>Recostas Correntes</b>	<b>19 694 996,41</b>	<b>7 491 962,69</b>	<b>38,04%</b>	<b>-8,41%</b>	<b>46,17%</b>
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 243 166,76	641 042,17	12,78%	-33,70%	3,33%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	1,00	16 664,15	1666415,00%	1666368,55%	0,10%
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	366 677,51	162 219,98	44,36%	-2,06%	1,00%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 103,00	459 503,95	37,72%	-8,73%	2,83%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 983 543,14	5 863 445,44	47,34%	0,89%	34,80%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 738 614,00	817 514,87	36,58%	-10,89%	3,81%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167 901,00	31 532,43	18,78%	-27,67%	0,18%
	<b>Recostas de Capital</b>	<b>22 728 958,66</b>	<b>8 735 363,70</b>	<b>38,43%</b>	<b>-8,02%</b>	<b>53,83%</b>
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	20,00	16 988,90	84944,50%	84898,06%	0,10%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15 242 784,00	1 241 786,84	8,18%	-38,30%	7,85%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	-	-	-	-	-
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 000,00	0,00	0,00%	-46,46%	0,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	434,30	43430,00%	43383,55%	0,00%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 476 143,66	7 476 143,66	100,00%	53,56%	46,07%
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>42 423 955,07</b>	<b>16 227 306,39</b>	<b>38,25%</b>	<b>-8,20%</b>	<b>100,00%</b>

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de **38,25%**.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que o capítulo das transferências correntes representa 34% da execução da receita total. Mais expressivo ainda, com um peso de aproximadamente 46%, encontra-se o saldo da gerência anterior.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de **16.227.309,39€**.

Como referido anteriormente destaca-se aqui a incorporação na execução orçamental da receita, do saldo da gerência anterior no valor total de **7.476.143,66€**.



### 3. DESPESA

#### 3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

##### DESPESA - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2020 a 30-06-2020

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORREGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (-46,45%)	PELO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100%	(4)-(3)-46,45%	(5)
	<b>Despesas Correntes</b>	<b>20 178 829,41</b>	<b>5 937 484,02</b>	<b>29,43%</b>	<b>-17,02%</b>	<b>74,38%</b>
01	Despesas com Pessoal	6 531 149,00	2 331 857,36	36,70%	-10,78%	29,21%
02	Aquisição de Bens e Serviços	9 375 064,41	2 546 780,92	27,16%	-19,30%	31,88%
03	Juros Outros Encargos	29 834,00	617,19	2,30%	-44,16%	0,01%
04	Transferências Correntes	4 140 243,00	1 015 088,91	24,52%	-21,93%	12,72%
06	Outras Despesas Correntes	103 239,00	44 342,64	42,96%	-3,50%	0,88%
	<b>Despesas de Capital</b>	<b>22 247 435,66</b>	<b>2 044 807,82</b>	<b>9,19%</b>	<b>-37,26%</b>	<b>25,82%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	18 186 505,66	1 676 051,82	9,21%	-37,24%	21,00%
08	Transferências de Capital	3 454 751,00	388 755,70	10,67%	-35,78%	4,62%
09	Activos Financeiros	59 775,00	0,00	0,00%	-46,45%	0,00%
10	Passivos Financeiros	508 704,00	0,00	0,00%	-46,45%	0,00%
11	Outras Despesas de Capital	35 690,00	0,00	0,00%	-46,45%	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>42 423 965,07</b>	<b>7 982 271,84</b>	<b>18,82%</b>	<b>-27,63%</b>	<b>100,00%</b>

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 18,82% sendo, o grau de execução esperado de 46,45%, representando um desvio negativo de 27,63%.

### 3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2020 a 18-08-2020

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
<b>Despesas Correntes</b>		<b>20 176 529,41</b>	<b>14 775 740,08</b>	<b>73,23%</b>
01	Despesas com Pessoal	6 531 149,00	6 159 730,48	94,31%
02	Aquisição de Bens e Serviços	9 375 084,41	5 596 523,58	59,70%
03	Juros Outros Encargos	28 834,00	22 745,31	84,76%
04	Transferências Correntes	4 140 243,00	2 917 239,52	70,46%
06	Outras Despesas Correntes	103 239,00	79 501,19	77,01%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>22 247 425,86</b>	<b>12 255 503,71</b>	<b>55,09%</b>
07	Aquisição de Bens de Capital	18 188 505,66	9 051 176,44	49,76%
08	Transferências de Capital	3 454 751,00	2 623 824,54	75,95%
09	Activos Financeiros	59 775,00	36 187,50	60,54%
10	Passivos Financeiros	508 704,00	508 654,78	99,98%
11	Outras Despesas de Capital	35 690,00	35 660,45	99,92%
<b>TOTAL</b>		<b>42 423 955,07</b>	<b>27 031 243,79</b>	<b>63,72%</b>

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, já comprometemos 73,23% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução encontra-se nos 55,09%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se a na ordem dos 63,72%.

### **3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2020 e 18-06-2020.

<b>COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 04/02/2020 A 18/06/2020</b>					
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 17/12/2018 pela Assembleia Municipal)</i>					
<b>Descrição sumária do compromisso plurianual</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Seguintes</b>
Quotização - Federação Portuguesa Caminho Santiago	500,00 €				
Serviço Vigilância Edifício Paços Concelho - 3XL	24 280,20 €	24 280,20 €	4 100,00 €		
Assistência Técnica serviços Informáticos - RIS 2048	2 460,00 €				
Serviços Análises Consumo Humano - Controlvet	7 172,41 €				
Serviço Telefone e Internet J.I. S.M. Outeiro - Meo	500,00 €	500,00 €			
Serviço Telefone e Internet J.I. Sabugosa - Meo	500,00 €	500,00 €			
Quotizações âmbito Contrato Projeto PROVERE - Assoc. Termas Portugal	5 492,72 €				
Serviços Detecção de Intrusão, Incêndios e Video Vigilância - Securitas	21 319,92 €	21 319,92 €	7 106,68 €		
Serviços Técnicos Termas Sangemil - Território Natural	34 036,60 €				
Protocolo âmbito Concelho Solidário - Cooperativa Terras Besteiros	5 333,00 €	5 334,00 €			



#### **4. CONCLUSÃO**

Estando decorridos 170 dias do ano de 2020, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão, salientando que, para além da fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses, a pandemia relacionada com o COVID-19 que assolou o país e o mundo teve grande impacto em toda a atividade desenvolvida pelo Município, na medida em que, nestes últimos meses, todos os esforços e todo o foco estiveram direcionadas para o combate e para a mitigação do impacto social e económico que existiu no concelho.

**Tondela 18 de junho de 2020**

**A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,**

  

---